



PROJETO DE LEI Nº 059/2010
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Fls. -02-
608/2010
Protocolo

Gabinete do Prefeito

COMISSÃO DE LEI Nº 001
608/2010
1º - julho - 2010
28 agosto - 2010
45 dias
Manab G. R.
Presidente

OF. ML N.º 036/2010

PROC. Nº 608/2010

Diadema, 30 de junho de 2010.

A(S) COMISSÃO(ÕES) DE:

.....

.....

DATA 30/06/2010

Manab G. R.
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

16:26 30/06/2010 003246 CAMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres Pares, o incluso Projeto de Lei que versa sobre a autorização para contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para execução do PMAT – Programa de Modernização Administrativa e dos Serviços Sociais Básicos.

Os recursos decorrentes dessa operação financeira serão destinados ao fortalecimento das capacidades gerencial, normativa, operacional e tecnológica da gestão pública, envolvendo as áreas de planejamento e gestão pública, desenvolvimento econômico e trabalho, ação social e cidadania, gestão de pessoas, finanças e habitação e desenvolvimento urbano.

Para alcançar esses objetivos o projeto tem em seu escopo o aporte de investimentos em:

1. **Tecnologia de Informação e Equipamentos de Informática** - aquisição de hardware e de redes de computação e de comunicação, e aquisição e desenvolvimento de software e sistemas de informação, inclusive para implantação e acesso à Internet;
2. **Capacitação de Recursos Humanos** - desenvolvimento de programas de treinamento, atualização e reciclagem de pessoal, participação em cursos, seminários e visitas técnicas;
3. **Serviços Técnicos Especializados** - execução de serviços para desenvolver atividades do projeto, inclusive sistemas de organização e gerência, base cadastral e de tecnologia da informação;
4. **Equipamentos de Apoio à Operação e Fiscalização** - aquisição de equipamentos operacionais, de comunicação e outros bens móveis e operacionais; e
5. **Infraestrutura Física** - adequação de ambientes físicos, através da melhoria de instalações e de programas operacionais e de atendimento ao cidadão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Fls. -03-
608/2010
Protocolo

Gabinete do Prefeito

Cabe salientar que as atividades acima previstas correspondem à continuidade das etapas já desenvolvidas por ocasião do financiamento com recursos do PMAT, que foi realizado com autorização da Lei Municipal n.º 2.329, de 31 de maio de 2004. Trata-se, portanto, do investimento necessário, dentre outros, à melhoria do atendimento ao cidadão, à modernização administrativa e à criação de indicadores para subsidiar a definição de políticas públicas.

Com relação aos objetos e resultados alcançados com a Lei Municipal n.º 2.329, de 31 de maio de 2004, obtivemos êxitos, uma vez que o financiamento obtido possibilitou o investimento em tecnologia de informação nas áreas de gestão de saúde, educação, cultura e assistência social, com vistas à modernização da gestão das áreas fins.

Destacamos como resultados importantes à criação do Mapa de Inclusão Social, investimento realizado na área de assistência social e cidadania, possibilitando uma visão do território no tocante aos indicadores sociais, importante ferramenta para subsidiar a indicação de políticas públicas nas localidades que apresentem maior fragilidade social. Implantação dos sistemas de gestão da saúde, educação e de bibliotecas.

Por fim, cabe salientar que a Municipalidade de Diadema, tem capacidade de endividamento necessária para arcar com o financiamento pleiteado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para execução do PMAT – Programa de Modernização Administrativa e dos Serviços Sociais Básicos, conforme demonstra todos os documentos juntados ao presente projeto de lei.

Por todo o exposto, espera este Executivo venha essa colenda Câmara acolher e aprovar o incluso Projeto de Lei, com a maior brevidade de tempo possível, invocando para tanto o regime de **URGÊNCIA**, tudo nos termos do que preceitua o artigo n.º 52, *caput*, da Lei Orgânica do Município e, se necessário, em regime de **URGÊNCIA ESPECIAL** previsto no Regimento Interno dessa Casa Legislativa.

Valho-me do ensejo para externar a Vossa Excelência e demais componentes dessa Edilidade os protestos de elevado apreço e especial consideração.

Atenciosamente,

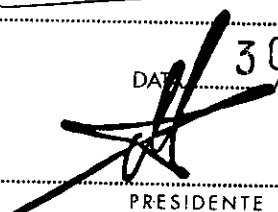

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Ver. MANOEL EDUARDO MARINHO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Diadema

DESPACHO DO EXMO. SR. PRESIDENTE: *Óra*

SAJUL para prorrogamento

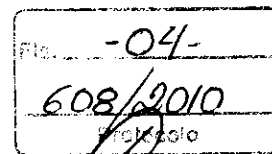
DATA: **30 JUN 2010**


PRESIDENTE



Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 059 / 2010
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA



PROC. Nº 608/2010

PROJETO DE LEI Nº 036, DE 30 DE JUNHO DE 2010

CONTROLE DE PREÇO	
Processo Nº	608/2010
Data	1º - julho - 2010
Expiração	28 - agosto - 2010
Prazo	45 dias
<i>Mário Wilson Pedreira Realí</i>	
Responsável Encarregado	

AUTORIZA o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI, Prefeito Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, até o valor de R\$ 14.400.000,00 (catorze milhões e quatrocentos mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para operação.

Parágrafo Único – Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES.

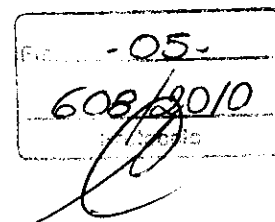
Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretroatável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e parágrafo 3º, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

§ 1º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo fica o Banco do Brasil S/A autorizado transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º - Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput fica o Poder Executivo autorizado a vincular, mediante prévia aceitação do BNDES, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA



Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI N.º 036, DE 30 DE JUNHO DE 2010

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º - O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Município no Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizado por esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diadema, 30 de junho de 2010

MARIO WILSON PEDREIRA REALI
Prefeito Municipal

Registrado no Gabinete do Prefeito pelo Serviço de Expediente (GP-711), e afixado no Quadro de Editais na mesma data.



Fls. -06-
608/2010
P. 10

3591/10
20
P

**PMAT
ROTEIRO DE
ENQUADRAMENTO E
ANÁLISE**

Área de Inclusão Social
Departamento de Gestão Pública e Avaliação dos Impactos Sociais

1. Dados do Município

Nome do Município PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA	CNPJ 46.523.247/0001-93
UF SÃO PAULO	Código Município IBGE 351380
Prefeito MARIO WILSON PEDREIRA REALI	Telefone (com DDD) (11) 4057 7765/7866
Endereço Rua Almirante Barroso, 111, Vila Santa Dirce, Diadema – SP	CEP 09912-900
Autoridade Fazendária (Secretaria ou Divisão) Secretaria de Finanças	
Titular Adelaide Maria Bezerra Maia Moraes	Telefone (com DDD) (11) 4057 7850
Endereço Rua Almirante Barroso, 111, Vila Santa Dirce, Diadema - SP	CEP 09912-900

Composição do Núcleo Especial de Modernização da Administração Tributária

Nome	Cargo	Telefone	Email	Secretaria ou Departamento
Marco Antonio Fialho	Assistente de Secretaria	4057-7765	marco.fialho@diadema.sp.gov.br	Secretaria de Planejamento e Gestão
Rafael Leandro Lafelix	Assistente de Secretaria	4057-7842	rafael.leandro@diadema.sp.gov.br	Secretaria de Finanças
Daniela Cardoso Pinto	Economista	4057-7866	daniela.cardoso@diadema.sp.gov.br	Secretaria de Finanças
Paulo Fernandes	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação	4057-7932	paulo.fernandes@diadema.sp.gov.br	Secretaria de Planejamento e Gestão
Roberto Rusticci	Assistente de Secretaria	4057-6725	roberto.rusticci@diadema.sp.gov.br	Secretaria de Gestão de Pessoas
Fernanda Tavares	Diretora do Departamento de Controle Urbano	4057-7444	fernanda.tavares@diadema.sp.gov.br	Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Solange Ferrarezi Zanetta	Assistente de Secretaria	4057-8039	solange.ferrarezi@diadema.sp.gov.br	Secretaria de Desenvolvimento

- 07 -
3.591/2010
608/2010
Procurador
27

				Econômico e Trabalho
João Baptista de Oliveira	Diretor de Assist	4057-7984	joao.baptista@diademasp.gov.br	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Lilian Aparecida da Silva Cabrera	Assistente de Secretaria	4057-7984	lilian.cabrera@diademasp.gov.br	Secretaria de Assistência Social e Cidadania

2. Caracterização Geral do Município

(Breve histórico e principais características demográficas, sociais e econômicas)

"Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas".
(Milton Santos, *Espaço e Método*, 1985)

2.1. A Região do Grande ABCD – Breve histórico

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta pela capital do Estado de São Paulo e outros 38 municípios, ocupando uma superfície de 8.051 Km², com uma população de 19,6 milhões de habitantes, o equivalente a 48% da população do Estado. De acordo com a 'Carta de Aptidão Física ao Assentamento Urbano' (IPT, Emplasa, SHDU, 1990), estende-se por áreas com rochas e solos de gênese e características geotécnicas de grande diversidade. Na sua porção central, entre os rios Tietê e Pinheiros, desenvolvem-se sedimentos da Formação São Paulo, depositados sobre rochas cristalinas, as quais afloram nos terrenos circundantes e se estendem por toda a área restante da Grande São Paulo. Junto às calhas dos rios e córregos ocorrem sedimentos aluvionares, cujos depósitos apresentam dimensões variáveis em função do porte do curso d'água.

O sítio no qual se encontram atualmente delimitados os territórios dos sete municípios da Região do Grande ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, passou por algumas alterações em sua configuração e denominação, tanto na época do império quanto na nos anos da república.

De início, anterior ainda à instalação dos jesuítas nos arredores da São Paulo de Piratininga, estava implantado o acanhado povoado de Santo André. Transferido o primeiro povoado de Santo André para o pequeno outeiro no qual foi instalado o Pátio do Colégio, naquela que viria a ser a capital da Província - mais tarde, com o advento da República, do Estado de São Paulo - a região teve sua importância reduzida a passagem (o chamado 'caminho do mar') para as tropas que faziam a ligação do povoado de São Paulo com os portos de São Vicente, no início, e posteriormente, Santos. O povoado de Santo André havia desaparecido subitamente.

Em 1812 era criada a Freguesia de São Bernardo. Em 1842 e 1854 há os registros de alteração entre as divisas da Freguesia de Santo Amaro (hoje pertencendo ao município de São Paulo) e São Bernardo.

Decorridos quase três séculos, desde a instalação do povoado de Santo André e seu súbito 'desaparecimento', a região passaria a assumir maior importância, a partir da construção da estrada-de-ferro de Santos a Jundiaí, em 1867, na esteira da notável expansão econômica trazida pela cultura cafeeira do interior da Província. A 'inglesa' como era chamada a estrada-de-ferro construída pela São Paulo Railway, de capital britânico contribuiu para que vilas como São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo passassem a ganhar maior expressão populacional.

Em 1889 a Freguesia de São Bernardo era elevada à categoria de vila, e seu território correspondia, com pequenas alterações, à atual delimitação dos sete municípios do Grande ABCD.

No século XX era criado o distrito de Santo André, a partir da junção dos distritos de Santo André, São Caetano e Mauá, em 1910 e em 1938 o distrito de Santo André foi elevado à condição de município, unificando todo o território da então vila de São Bernardo, que teve também o seu nome modificado para Santo André. A autonomia dos atuais sete municípios teve início em 1944, quando São Bernardo do Campo é alçado à condição de município, o que viria a ocorrer também com os então distritos de São Caetano (que passou a se denominar São Caetano do Sul, em 1948), Mauá e Ribeirão Pires (1954) e Rio Grande da Serra (1963).

Diadema, ao contrário dos demais municípios, à época de sua emancipação em 1959, pertencia a São Bernardo do Campo.

2.2. Diadema: a formação do território

As origens de Diadema remontam ao século XVIII, quando em 1735, a família de Salvador Pires Santiago, que mais tarde foi ordenado Padre pela Ordem Diocesana, doava parte de suas propriedades para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, em região conhecida como Acuri e Guacuri. vindo posteriormente a ser conhecida como Vila Conceição, atualmente Diadema.

Até os anos 1940, a Vila Conceição era composta por pequenos sítios, algumas chácaras e pela presença imponente da mata atlântica, que ocupava a maior parte das terras. As atividades econômicas desenvolvidas eram a manufatura e agricultura voltada para a subsistência, com destaque para as olarias, carvoarias, extração de madeira para a venda de mucutas

(pequenos feixes de madeira) e extrativismo mineral (granito). O pequeno comércio foi impulsionado pela progressiva presença do automóvel e pelo turismo de final de semana, por pessoas atraídas pelas atividades de lazer da represa Billings, no bairro Eldorado, em Diadema. A maior presença do veículo automotor na paisagem paulista marcaria profundamente a região, muito mais do que os viajantes do primitivo caminho do mar poderiam imaginar.

Nos anos 1950, a Via Anchieta tornou-se o grande eixo de localização da indústria automobilística e a força de trabalho atraída pelas indústrias intensificou a demanda por lotes residenciais. As áreas mais próximas da região valorizaram rapidamente, levando a população com menor renda a procurar terrenos acessíveis ao seu poder aquisitivo, em locais mais distantes. Assim, o Distrito de Diadema começava a receber novos moradores em consequência da abertura de loteamentos populares, nas antigas áreas rurais, fenômeno urbano que se multiplicaria que se acelerou nas décadas seguintes.

Não obstante a expansão econômica da região do Grande ABC, cujo parque industrial passaria a abrigar indústrias de autopeças e derivados químicos, que se estabeleciam principalmente em Diadema e, impulsionada a partir de 1974, com a Rodovia dos Imigrantes ligando São Paulo a Santos, as condições da população não melhoraram. Cabe ressaltar que a Imigrantes dividiu a cidade ao meio, trazendo grandes dificuldades para a mobilidade urbana. Esta estrada ocupa cerca de 4% do território de Diadema e possui pouca relação com a cidade, situação que se verifica no simples fato de existir apenas uma saída no sentido do litoral e apenas três acessos no sentido da capital. Aliada à falta de planejamento e às limitações das tímidas políticas públicas naquele período, tal fato contribuiu ainda mais para as precárias condições de vida que o município oferecia aos seus habitantes, no início da década de 1980.

As mudanças havidas no plano físico, econômico e social a partir dos anos 60, transformaram o território de Diadema, o que pode ser verificado a partir da estruturação geográfica e do relacionamento entre a industrialização e a urbanização. Esse processo contribuiu para uma configuração da cidade, fragmentária e caótica, seguindo a lógica da produção e da circulação dos produtos, ou seja, privilegiando a ótica do mercado em detrimento da qualidade de vida e do atendimento dos direitos dos cidadãos que passaram a residir em Diadema, ao sabor do expressivo êxodo rural da década de 1970.

2.3. Crise e Mudança

Em 1980, Diadema detinha a maior taxa de mortalidade infantil da Região Metropolitana de São Paulo, com 82,93 por mil nascidos vivos e, apenas, 22% da malha viária eram urbanizados, ou seja, 78% da cidade eram desprovidos de drenagem, pavimentação, infra-estrutura, saúde, educação, segurança.

Ainda, nesta década, sucessivos governos de natureza democrático-popular conduziram a administração local e, desse modo, foram alterando o quadro de grave condição social desse município da Grande São Paulo. A primeira administração municipal, de caráter popular, entre 1983-1988, reconheceu a existência das favelas, que apresentavam condições sanitárias e de risco geotécnico de extrema gravidade, e iniciou o processo de urbanização das mesmas, ao mesmo tempo em que garantia a segurança jurídica aos moradores, quanto à posse da terra, por meio de legislação para a concessão do direito real de uso (CDRU). Foi a primeira experiência de regularização fundiária urbana do país, com a consolidação do instrumento de regularização de terra pública, viabilizando o acesso da população a todos os serviços públicos.

No Censo IBGE 2000, Diadema chega a um total de 356 mil habitantes com uma densidade de 11 mil habitantes por km². Nos anos 1960 a cidade contava pouco mais de 12 mil habitantes. Uma década mais tarde, eram 78 mil moradores, o que significa um crescimento de mais de 640%. A área de preservação ambiental corresponde a 23% de sua superfície e a densidade demográfica apontada pelo censo 2000, posicionou Diadema como a segunda maior densidade do país.

Na gestão 1989-1992, o Poder Público municipal deu continuidade às intervenções físicas e habitacionais com ênfase no asfaltamento das vias, a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos, visando à melhoria das condições de saneamento e minimização da situação de risco. Foi criado ainda, em 1990, o FUMAPIS – Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social – objetivando o estabelecimento de diretrizes da política habitacional, gestão do fundo, deliberação dos recursos e fiscalização da sua aplicação. Sua atuação trouxe grande reflexo nas gestões seguintes, influenciando na qualidade de instância participativa e democrática, aos moldes dos conselhos das políticas públicas.

A gestão seguinte (1993-1996) deu continuidade a essas ações, diversificando os modos de intervenção, visando à consolidação de uma política pública para a habitação de interesse social. O Plano Diretor Municipal, proposto e aprovado em 1993, foi pioneiro no que se refere aos instrumentos de política urbana de interesse social que viriam a ser consolidados por meio da Lei Federal que criou o Estatuto da Cidade, oito anos mais tarde, em 2001, como no caso da criação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS). Vários subprogramas foram implementados, com o objetivo de transformar os núcleos habitacionais (favelas urbanizadas) em bairros, e seus moradores, elevados à condição de 'sujeitos detentores de direitos'. Realizou-se o 1º Encontro de Habitação, para a discussão e definição da política habitacional de interesse social, de maneira conjunta, reunindo poder público e movimentos de moradia. Dos 192 núcleos habitacionais existentes houve, no período, intervenção em mais de 120 núcleos. No campo da legislação urbanística, cabe mencionar o a Lei que instituiu o Código de Obras (59/1996).

Na gestão 1997-2000, a prioridade destacada foi a realização das obras de caráter emergencial (situação de risco), realizadas por meio de mutirões. Na primeira gestão do novo século (2001-2004), foi estabelecido o compromisso de impulsionar e fortalecer os canais e processos participativos da população na definição de políticas públicas, prioridades na implementação de programas de alcance social, de investimento e transparência da ação pública. A criação do Ministério das Cidades, em 2003, contribuiu para a criação de um canal permanente e permitiu a obtenção de recursos da União. Nesse período, a gestão municipal promoveu a revisão do Plano Diretor (Lei 161/2002), à luz das inovações trazidas pela aprovação do Estatuto das

- 09
608/2010
359/10
25

Cidades.

A gestão que se seguiu (2005-2008) buscou a definição de políticas para possibilitar um processo de desenvolvimento econômico que garantisse a ampliação da oferta de postos de trabalho e a consolidação das políticas públicas, voltadas ao combate da exclusão social. Na área da habitação de interesse social, foi possível a captação de recursos para a edificação de unidades habitacionais, com a participação do governo federal. Além disso, a assinatura de contratos de repasse para a obtenção de recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está viabilizando a intervenção nos últimos núcleos de favelas do município, inclusive em área de mananciais, com elevado alcance social e ambiental. Da mesma forma, o período marcou uma nova etapa no atendimento da demanda habitacional, no que se refere a situações transitórias, com a aprovação do 'Programa de Renda Mínima na modalidade Auxílio Moradia' (Lei 2429/2005), com vistas a possibilitar auxílio para locação de imóveis para famílias em situação de risco social e para o atendimento de necessidades de remoção para viabilizar obras em núcleos de favelas, como alternativa à situação dos conhecidos alojamentos 'provisórios'. Em 2006, de autoria do Executivo Municipal, foram promulgadas a lei de Regularização Fundiária de Loteamentos e Núcleos Habitacionais (Lei 2581/2006) e a lei de Diretrizes Gerais para Financiamento Habitacional (Lei 2522/06). Nova revisão do Plano Diretor foi realizada naquela oportunidade, com a promulgação da Lei Complementar 273/2008, em 08 de julho de 2008.

A atual gestão (2009-2012) concluirá os projetos de saneamento que promoverá a captação e tratamento de mais de 70% do esgotamento sanitário, por meio da implantação de coletores-tronco, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Também serão finalizadas as unidades produzidas com investimentos do PAC já iniciadas e se empenha em obter novas linhas de financiamento e alternativas para a edificação de novas unidades. Nesse sentido, o 'Programa Minha Casa, Minha Vida' surge como importante alternativa para o equacionamento de parte da demanda. Certamente, a questão habitacional, dentre tantas, é prioridade, uma vez que o município possui apenas 3,5% do território desocupados para atendimento da demanda, caracterizada por famílias morando em áreas de risco; destaca-se ainda a necessidade de áreas para *desadensamento* dos núcleos; bem como a presença de cerca de 800 famílias morando na faixa da Ecovias (Concessionária da Rodovia dos Imigrantes); e de outras 700 famílias em núcleos e loteamentos para regularização física e jurídica em áreas de mananciais, dentre as diversas situações.

Os últimos anos da década de 1990 foram caracterizados por fortes impactos na economia local, na esteira do processo de reestruturação produtiva e intensificação da globalização econômica. A taxa de desemprego, naquele período, sofreu severa elevação em toda a região metropolitana e também de forma acentuada no Grande ABC. De acordo com o DIEESE, a taxa de desemprego total, em 1999, apresentava um percentual de 19,3% da população economicamente ativa, com significativo impacto para o município de Diadema, caracterizado por uma maior precariedade de inserção no mercado formal e com uma renda média inferior aos demais municípios. Dessa forma, as preocupações do poder público municipal, no início do novo século, voltavam-se, sobretudo, para a consolidação das políticas públicas e reforçaram na pauta municipal o tema do desenvolvimento econômico local, com o enfrentamento dos desafios para a geração de trabalho, emprego e renda, educação, saúde pública, desenvolvimento cultural, do esporte e do lazer, além das necessidades específicas de grupos como juventude, gênero e terceira idade, pessoa portadora de necessidades especiais e, principalmente, da abertura de mais espaços à participação popular e qualificada dos municípios.

Vislumbra-se um horizonte de maior estabilidade econômica, com perspectivas para o crescimento sustentável, tendência que vem sendo confirmada desde 2004, com a abertura de novos empreendimentos e geração de novos postos de trabalho, não apenas na indústria como especialmente nos segmentos do comércio e dos serviços. Novas oportunidades advindas da continuidade do crescimento econômico nacional e especialmente com a exploração de petróleo da camada pré-sal traçam um cenário positivo para o desenvolvimento econômico local e a possibilidade do estabelecimento de um tecido produtivo progressivamente mais qualificado e inovador no município. Para que Diadema esteja cada vez mais habilitada a acolher novos investimentos em seu território, a municipalidade busca tornar mais ágil e com maior qualidade o atendimento ao cidadão, a geração de informações para a tomada de decisão e o fortalecimento das políticas públicas desenvolvidas no município.

2.4. Aspectos físicos

Diadema, apresenta uma superfície territorial de 30,65 Km², incluindo a superfície de um dos braços da represa Billings (0,7 km²) e integra a região do ABCD, situada na sub-região sudeste da Região Metropolitana de São Paulo. Seu território limita-se com o município de São Bernardo do Campo nas porções norte, sul e leste, e com o município de São Paulo, em suas porções sul e oeste, constituindo uma superfície conurbada. Suas coordenadas geográficas são: 23° 41' 10" (S), 46° 36' 38" (W), correspondentes à localização do Paço Municipal (Rua Almirante Barroso 111).

Por meio rodoviário, apresenta-se distante 20,5 quilômetros do centro da Capital do Estado, cerca de 12 quilômetros do Aeroporto de Congonhas (SAO), 42 quilômetros do Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU) e a 58 quilômetros do Porto de Santos. O município encontra-se subdividido em 11 bairros, que agregam os diversos loteamentos residenciais e industriais. Os limites dos bairros obedecem aos limites demarcados pelos setores censitários do IBGE, o que possibilita a facilidade para a agregação de informações para cada um dos bairros, com base nos levantamentos dos recenseamentos.

A morfologia do relevo encontra-se caracterizada pela presença de muitos trechos de acentuada declividade, com maior ocorrência nos bairros localizados nas partes norte e sul do município, alternando trechos de declividades mais suaves, e

áreas de relevo plano, que correspondem às vias implantadas em fundo de vale.

De acordo com a 'Carta de Aptidão Física ao Assentamento Urbano' (IPT, Emplasa, SHDU, 1990), no tocante a padrões de relevo, verifica-se uma ocorrência reduzida de 'Colinas', caracterizadas por um relevo suavizado, com predominância de amplitudes da ordem de 40 metros, podendo atingir até 70 metros, com declividades de encostas predominantes em até 20%. As encostas são levemente sulcadas por linhas de drenagem, como no caso da calha do Ribeirão Grota Funda. Da mesma forma, os 'Morrotes', constituindo relevo ondulado, com predominância de amplitudes em torno de 60 metros e declividades entre 20 e 30%, encostas com perfis retilíneos a convexos e superfícies entre levemente sulcadas a ravinadas com presença de anfiteatros, ocorrem de maneira restrita nas proximidades da Represa Billings, no trecho sudeste do município.

Os níveis altimétricos variam entre 700 a 800 metros, verificando-se a maior altitude (854 metros) nas imediações do loteamento Parque Real, na parte oeste, próximo ao limite com o município de São Paulo.

O clima é tropical, com duas estações bem definidas: verão pouco quente e chuvoso e inverno ameno e subseco. As temperaturas médias máximas giram em torno de 25°C. O índice pluviométrico apresenta uma variação entre 1.400 a 1.500 mm/ano.

A cobertura vegetal primitiva correspondia à Mata Atlântica, cuja presença sofreu grande redução devido ao intenso processo de ocupação do solo, descaracterizando por completo as feições originais da cobertura vegetal. O município conta com 7,06 Km², inseridos em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais incluindo a represa Billings.

A hidrografia está orientada, de modo geral, para noroeste em direção à calha do Rio Tietê, sendo formada por três córregos principais e seus afluentes: córregos Campanário e Canhema, tributários do córrego Taboão, localizados na parte norte do município; os córregos dos Monteiros, Serraria e Floriano, tributários dos córregos Capela e Curral Grande, nas partes central e nordeste do município; o córrego da Estiva, principal afluente da margem esquerda do Ribeirão dos Couros, que corresponde ao limite físico com o município de São Bernardo do Campo, na parte leste.

No tocante à drenagem voltada para a represa Billings, em área de mananciais, o principal corpo d'água é o Ribeirão Grota Funda, que é também o delimitador dos municípios de Diadema e São Paulo, no extremo sudoeste.

As principais vias de acesso ao município são a Rodovia dos Imigrantes, a Rodovia Anchieta, as avenidas Armando de Arruda Pereira (a partir de São Paulo via corredor do Trólebus) e o Corredor ABD (via que interliga os municípios de Santo André, São Bernardo e Diadema).

2.5. Aspectos demográficos

No tocante à distribuição da população, o Censo de 2000/IBGE apontou um total de 357.064 habitantes, dos quais 175.109 homens (49%) e 181.955 (51%) mulheres. Projeções do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam uma população estimada em 397.738 habitantes, o que indica um incremento populacional de 1,88% ao ano (www.ibge.gov.br/cidades) entre 1991 e 2000, ligeiramente superior ao previsto para a presente década (1,19% a.a.). A esse respeito, comparando as taxas geométricas de crescimento anual (TGCA) de décadas anteriores, observamos uma queda significativa, desde 1991 em relação a períodos anteriores. Entre 1960 e 1970, o incremento populacional foi de 20,42% ao ano, entre 1970 e 1980 a variação foi de 11,23% a.a. e entre 1980 e 1991 a variação foi de 2,66% a.a.

Em termos de densidade demográfica, de acordo com o Censo 2000, a população residente nos municípios que compõem a região do ABCD era a seguinte:

Município	População 2000	Área total Km ²	Densidade demográfica hab./km ²
Santo André	649.331	174,83	3.714,07
São Bernardo	703.177	406,18	1.731,19
São Caetano	140.159	15,34	9.136,83
Diadema	357.064	30,65	11.649,72
Mauá	363.392	62,41	5.822,65
Ribeirão Pires	104.508	99,17	1.053,82
Rio Grande da Serra	37.091	36,67	1.011,48

Fonte: Censo IBGE, 2000.

Diadema é, de longe, o município do ABCD que detém a maior densidade demográfica (11,6 mil habitantes por Km²), apresentando, inclusive, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, a segunda maior densidade populacional do país.

-11-
608/2010
359/10
31

No tocante à distribuição da população por faixa de renda, temos no município de Diadema, os seguintes dados, em relação ao rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio:

Bairro	Total da população	Até ½ salário Mínimo	De ½ a 1 salário Mínimo	De 1 a 2 salários Mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	Acima de 5 salários mínimos	Sem rendimentos
Campanário	28.938	52	1.829	4.062	12.167	7.521	3.230
Canhema	22.108	38	1.397	3.836	8.602	5.123	3.039
Casa Grande	34.641	106	2.482	5.498	13.204	6.600	6.384
Centro	43.236	57	2.193	4.078	13.320	19.802	3.737
Conceição	38.103	114	2.133	4.798	14.295	11.885	4.741
Eldorado	38.280	144	2.640	5.663	14.765	8.379	6.485
Inamar	22.775	70	1.701	3.895	9.579	3.843	3.572
Piraporinha	21.981	38	1.053	3.273	7.741	5.337	4.383
Serraria	28.006	53	1.809	4.551	11.774	4.702	4.254
Taboão	45.742	66	3.028	6.256	17.452	12.818	6.021
Vila Nogueira	33.254	118	1.959	4.994	13.794	7.779	4.453
Total	357.064	856	22.224	50.904	136.693	93.789	50.299

A partir da leitura desses indicadores, constatamos que quase a metade da população do Município apresentava níveis de rendimentos muito baixos: 35% dos habitantes viviam com até dois salários mínimos, sendo que 14% da população permaneciam em condições econômicas ainda piores, sem nenhum rendimento.

2.6. Aspectos sócio-econômicos

2.6.1. Ocupação, Trabalho e Renda

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, oriundos do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Perfil do Município) indicam que o número de empregos formais em Janeiro de 2010, no município de Diadema, atingiu a marca de 97.075 postos de trabalho, o que significa um incremento de 88 vagas em relação a Janeiro de 2009 (96.987 empregos). A mesma fonte apontou 11.391 estabelecimentos no município, em Janeiro 2010.

O segmento informal apresenta baixa ocupação média da força de trabalho, observando-se que 68,1% dos estabelecimentos ocupam apenas 01 (um) trabalhador com remuneração, e empregam 4.639 pessoas, distribuídas em 3.121 estabelecimentos. As atividades predominantes são: comércio varejista não especializado, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos e da prestação de serviços na área de alimentação. O perfil dos trabalhadores apresenta, dentre outras características, uma pequena utilização de capital fixo, e baixo grau de escolaridade, situação semelhante à dos próprios pequenos empresários locais, com pouca disponibilidade de recursos próprios (Fonte: Plano CMAS, 2001).

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho estimam em 215 mil pessoas o total da População Economicamente ativa no município.

Os investimentos da Prefeitura de Diadema no enfrentamento dessa situação de precarização do trabalho passaram pela criação da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, em 1998 para estabelecimento e implementação de políticas e ações voltadas à geração de emprego e renda, colaboração e participação com as entidades do setor produtivo na formulação de políticas de educação, qualificação e requalificação profissional.

O dinamismo do setor produtivo insere Diadema entre as principais economias do Estado de São Paulo, ocupando o 14º lugar entre 645 municípios, com um PIB da ordem de R\$ 8,65 bilhões, o que corresponde a um PIB per capita de R\$ 22.371. As atividades econômicas estão distribuídas entre 1.864 plantas industriais, 6.519 estabelecimentos comerciais e 12.351 prestadores de serviços. Entre os mais de 5.000 municípios brasileiros, Diadema é o 50º município no tocante ao valor adicionado pelo setor de serviços, com cerca de R\$ 3,5 bilhões. Outro indicador do dinamismo da economia diademense é o que aponta a evolução do ICMS gerado no município, com um crescimento entre os anos de 2005 e 2008 de 9,8% ao ano, atingindo uma evolução positiva de mais de 45%. Em 2008, o ICMS correspondeu ao valor de R\$ 217,7 milhões. O valor adicionado pelo setor industrial correspondia, no ano de 2007, a R\$ 3,3 milhões equivalentes a 45% do total para o período.

Os dados do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR), em 2009, apontavam naquele ano, 21.368 inscritos, com a captação de 11.256 vagas e 2.955 colocações no mercado de trabalho.

Os setores que mais contrataram no ano de 2009 foram:

Serviços: 5.231 vagas captadas e 1.609 trabalhadores colocados; Comércio: 1.809 vagas, com 368 colocações; Indústria de transformação: 647 vagas, com 171 colocações, Construção civil: 135 vagas, com 13 trabalhadores colocados.

2.6.2. Dados Sócio-Econômicos e Tributários

Diadema, que já foi considerada “cidade dormitório”, hoje ocupa um papel de destaque no setor secundário caracterizado por indústrias médias, principalmente, de suporte às montadoras do ABC.

Na década de 60 a mão-de-obra absorvida na construção e expansão do parque industrial da Região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) residia no município de Diadema pela proximidade do trabalho e disponibilidade de terra barata. Na década seguinte, com a implantação da Rodovia dos Imigrantes - ligando São Paulo ao Porto de Santos - e com a promoção pela prefeitura de incentivos fiscais (isenção de impostos municipais), várias indústrias se instalaram aqui, absorvendo a mão-de-obra residente no próprio município.

Da receita:

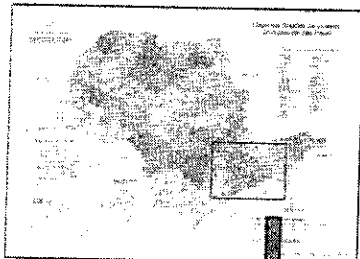
As receitas correntes vem crescendo paulatinamente, com alguns ruídos em decorrência do desempenho da economia do país. Nos últimos dois anos, cresceram 24,28%, passando de R\$ 443.965, em 2007, para R\$ 551.748 mil, em 2009. Ressalte-se que, mesmo com a crise que abalou a nossa economia no segundo semestre de 2009, houve elevação das receitas correntes em relação a 2008, na ordem de 3,06%.

Nas transferências do Estado a mais importante é o ICMS, que contribui com aproximadamente R\$ 203 milhões por ano, perfazendo 39,9% das receitas correntes.

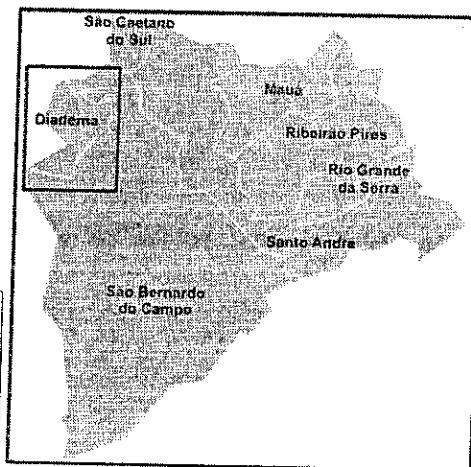
As receitas com os quatro tributos que mais geram receitas ao Município (IPTU, ITBI, ISS, Taxas), tivemos o crescimento de 12,95% quando comparamos os resultados de 2009 em relação a 2007. Em 2007 o total arrecadado ficou R\$ 104 milhões e em 2009, atingiram R\$ 118 milhões.

O esforço desenvolvido pela Secretaria de Finanças obteve bom resultado na recuperação da Dívida Ativa (IPTU e ISS). Em 2007 recuperamos R\$ 10,9 milhões, em 2008, R\$ 19,8 milhões e, em 2009, R\$ 22,9 milhões.

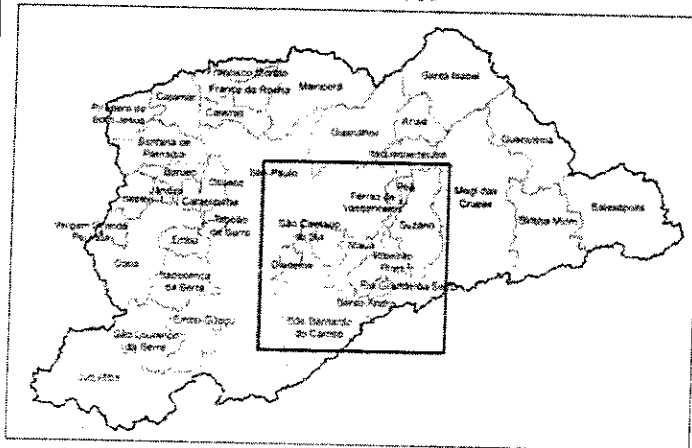
1. ESTADO DE SÃO PAULO



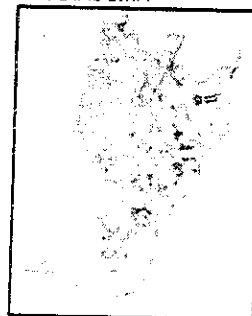
3. REGIÃO DO GRANDE ABCD



2. REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



4. DIADEMA



Fontes:
Prefeitura do Município de Diadema – Serviço de Cartografia, 2006
Emplasa – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. www.emplasa.sp.gov.br
Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC www.igc.sp.gov.br

359,10
33

-13-

608/2010

P

3. Caracterização Financeira do Município

Balanco Patrimonial Resumido (ADMINISTRAÇÃO DIRETA) (R\$ mil)

Ativo	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)	Passivo	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)
Disponível	29.389	26.009	41.949	48.839	Div. Flutuante	62.230	77.753	48.458	100.872
Realizável	2.128	3.518	7.316	9.368	Div. Fundada	268.861	241.000	248.506	251.968
Permanente	113.539	133.458	436.867	474.276	Precatórios	49.992	41.141	38.813	199.128
Créditos	223.124	240.013	247.097	256.085	Saldo Patrimonial		45.574	399.922	239.070
Investimentos	2.470	2.470	2.470	2.470					
Saldo Patrimonial	10.433								
TOTAIS	381.083	405.468	735.699	791.038		381.083	405.468	735.699	791.038

Balanco Orçamentário Resumido (ADMINISTRAÇÃO DIRETA) (R\$ mil)

Receitas	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)	Despesas	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)
Tributárias	105.376	116.393	130.663	134.484	Correntes	370.505	392.574	473.043	537.594
Contribuições	5.116	5.403	5.146	5.312	Capital	55.275	58.687	70.452	58.055
Patrimonial	13.581	7.149	41.640	7.532					
Serviços	1.952	2.030	3.007	2.396					
Transf. Correntes	245.696	292.381	380.264	401.095					
Deduções (FUNDEB)	0	(35.934)	(49.791)	(55.246)					
Outras Receitas Correntes	38.600	36.555	44.484	46.794					
Operação Crédito	1.765	1.866	4.110	1.041					
Alienação de bens	186	443	146	28					
Transf. Capital	14.973	8.422	27.400	10.501					
Total	427.245	434.708	587.069	553.937	Total	425.780	451.261	543.495	595.649

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (R\$ mil)

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (R\$ mil)

Especificação	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)	Especificação	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)
Administração direta	410.325	459.914	605.206	597.616	Dívida consolidada	318.853	282.141	287.320	451.096
Administração indireta	23.005	28.743	38.605	41.965	Ativo disponível	(53.221)	(60.816)	(91.871)	(113.025)
Deduções	(16.920)	(56.830)	(77.178)	(86.691)	Haveres financeiros	(3.209)	(8.306)	(11.079)	(9.367)
					Restos a pagar processados	35.514	38.476	29.492	64.609
Receita Corrente Líquida	416.410	431.827	566.633	552.890		297.937	251.495	213.862	393.313

-14-
608/2010

3591/10
34

Demonstrativo despesa com pessoal (R\$ mil)								
Despesa com pessoal	Poder Executivo				Poder Legislativo			
	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)	Ano (n-4)	Ano (n-3)	Ano (n-2)	Ano (n-1)
1. Despesa Líquida com pessoal	166.348	183.513	229.522	263.517	9.096	9.604	11.831	12.366
Pessoal Ativo	145.389	160.336	203.905	235.416	7.869	8.219	10.514	10.527
Pessoal Inativo e Pensionista	12.134	12.590	15.483	19.399				
Despesas não computadas (art. 19 § 1º da LRF)	1.592	2.125	2.736	1.882				
(-) indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária								
(-) decorrentes de decisão judicial	1.592	2.125	2.736	1.882				
(-) despesas de exercícios anteriores								
(-) inativos e pensionistas com recursos vinculados	12.134	12.590	15.483	20.599				
2. Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)				5.177				
Repasses previdenciários ao regime próprio da previdência social								
Contribuições patronais	20.959	23.177	25.617	29.301	1.227	1.385	1.317	1.839
3. Total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite – TDP = 1 + 2	166.348	183.513	229.522	268.694	9.096	9.604	11.831	12.366
4. Receita corrente líquida – RCL	416.410	431.827	566.632	552.890	416.410	431.827	566.632	552.890
5. % do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite (TDP) sobre a RCL: (3 / 4) * 100								
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 54,0% - executivo e 6% legislativo	39,95%	42,50%	40,51%	48,60%	2,18%	2,22%	2,09%	2,24%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) – 51,3% Executivo e 5,7% Legislativo								
(*) onde ano (n) é o ano corrente.								

Análise dos limites da lei de responsabilidade fiscal

Data-base:

Valores em R\$ mil

Receita corrente líquida (Res. 43. art. 4º)

Valor

% da RCL

Limite

552.890

Limites da LRF com pessoal

Despesa líquida com pessoal – total (art.19)

281.060

50,83%

60,0%

Despesa líquida com pessoal – executivo (art.20, inc. III, b)

268.694

48,60%

54,0%

Despesa líquida com pessoal – legislativo (art. 20, inc III, a)

12.366

2,24%

6,0%

Limites da Resolução do Senado Federal n.º 43/01

Receita de operação de crédito (art. 7º, inciso I)

16,0%

Despesa com serviço da dívida (art. 7º, inciso II)

11,5%

Dívida consolidada líquida (art. 7º, inciso III e Res. 40, art. 3, inciso II)

393.313

71,14%

120,0%

Saldo global das garantias concedidas (art. 9º)

22,0%

Rec. Op. De Crédito por Antec. De Receita – ARO (art. 10)

7,0%

Despesa de Capital x Op. Crédito (RSF n.º 43, art. 6º)

Op. De Crédito (1)

Desp. De Capital (2)

(1 – 2)

Rec. Op. De Crédito ≤ Desp. De Capital – Exercício Anterior

Rec. Op. De Crédito ≤ Desp. De Capital – LOA do exercício em curso

Verificação da(s) projeção(ões) da(s) garantia(s) oferecida(s) - (FPM, cota-parte ICMS ou outras) (em R\$ mil)

Ano	FPM	PASEP	Educação e Saúde	Vinculados em Garantia (*)	Margem Disponível	Parcelas do Projeto	% comprometimento
	A	B = 1% x A	C = 40% x A	D	E = A - B - C - D	F	F / E
1º ano	35.000	350	14.000	4.550	16.100	2.400	14,91%
2º ano	35.000	350	14.000	4.550	16.100	2.400	14,91%
:
Último ano do financiamento	35.000	350	14.000	4.550	16.100	2.400	14,91%

(*) todas as outras operações de crédito contratadas e previstas

Obs:

Fis. -16-
608/2010

3591 | 10
36
P

4. Situação em cada área a ser objeto da ação do PMAT

Planejamento e Gestão Pública: Observamos uma baixa qualidade e capilaridade da rede municipal comunicação (wan) e com constantes falhas na comunicação com os equipamentos públicos, com problemas de descontinuidade no fornecimento de serviços. Há também a ausência de um elemento que aglutine os indicadores de diversas naturezas, para qualificar a tomada de decisão.

4.1. Planejamento Institucional

O objetivo principal é elaborar e implantar um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Conectividade para a Prefeitura, estabelecendo as diretrizes de conectividade para rede corporativa, armazenagem, backup, políticas de segurança em Ti, com o estabelecimento de normas e procedimentos e adoção de um ambiente seguro para transações na internet nos ambientes de processamento.

4.2. Estrutura Funcional e Modelo de Gestão

O Departamento de Tecnologia da Informação é formado por duas Divisões e quatro Serviços, que respondem pelo desenvolvimento de sistemas e o suporte técnico às diversas áreas da prefeitura.

4.3. Perfil e Situação dos Recursos Humanos

O Departamento conta com um corpo profissional de 35 servidores, sendo 25 com nível superior (Analista de Sistema), 10 nível médio.

4.4. Legislação

Lei Federal 8666/93
Lei Federal 4320/64
Lei Complementar 26/95 (municipal), e suas alterações.

4.5. Sistemas de Informação

O Departamento de Tecnologia da Informação responde pelo suporte técnico no campo de Ti para as diversas Secretarias que compõem a estrutura municipal.

4.6. Atendimento ao Contribuinte/Cidadão

O Setor atende ao público interno, das 7h00 às 19h00 e em plantões esporádicos aos finais de semana.

-17
608/2010

3591/10

37

4. Situação em cada área a ser objeto da ação do PMAT

Desenvolvimento Econômico e Trabalho: A área ressalta a inexistência de um sistema de informações econômicas para monitorar os indicadores de atividade e ocupação, bem como qualificar a tomada de decisões não apenas pelo setor público como pela iniciativa privada.

4.1. Planejamento Institucional

Ampliação, racionalização e modernização da gama de serviços oferecidos aos cidadãos e pessoas jurídicas no estímulo ao desenvolvimento econômico local e às políticas de trabalho no município. A estruturação do Observatório de Políticas Públicas permitirá ainda a organização de diversos indicadores sócioeconômicos, garantindo agilidade na obtenção das informações e ampliando o alcance da gestão municipal no âmbito do desenvolvimento econômico, permitindo a apropriação das informações de maneira progressiva, com vistas à qualificação da ação do poder público.

4.2. Estrutura Funcional e Modelo de Gestão

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho está estruturada em dois departamentos (Políticas de Trabalho e Economia Solidária; Articulação e Desenvolvimento Empresarial); a Secretaria conta também com o Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda, com nível de divisão, vinculado diretamente ao gabinete. A Secretaria tem como atribuição conduzir a política de desenvolvimento econômico no município, buscando a interação com os setores produtivos presentes no município, de modo a possibilitar a ampliação da atividade econômica local e a geração de trabalho e renda, em todos os setores da atividade econômica.

A proposta prevê futuramente a constituição de uma Diretoria de Informação Econômica composta por dois economistas, um assistente administrativo e um estagiário. O modelo de gestão contempla a formatação de acordos bipartites ou multipartites com instituições de ensino superior e atores sociais relevantes no âmbito do desenvolvimento econômico local para a sistematização e troca de informações sobre a economia local. (organograma da área objeto de intervenção, sua interação com as demais áreas da prefeitura, coordenação de seus processos de trabalho, equipes e atividades inovadoras de suporte estratégico e administrativo etc)

4.3. Perfil e Situação dos Recursos Humanos

Cada um dos departamentos acima mencionados apresenta um total de dez funcionários, sendo quatro administrativos, de nível médio e seis com nível superior. O regime de contratação é regido pelo Estatuto do Funcionalismo municipal para os servidores lotados nos departamentos, que foram contratados por meio de concurso público.

4.4. Legislação

Cabe aqui mencionar a existência de duas leis específicas sobre estímulo ao investimento privado vinculado respectivamente à elevação do valor adicionado (Lei 201/2004) e à expansão de área com aumento do quadro de funcionários (Lei 283/2008), bem como a reconfiguração do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (Lei 2888/2009) e constituição da política pública e da Incubadora Pública de Economia Popular e Solidária (Lei 301/2009).

4.5. Sistemas de Informação

Não há sistemas estruturados de informação, sendo a operação atual suportada através da consulta a fontes secundárias, especialmente. A Secretaria conta com um nível de informatização mínimo, e não possui uma base de dados que possibilite o acompanhamento sistemático de dados sócio-econômicos com a agilidade que o município necessita.

4.6. Atendimento ao Contribuinte/Cidadão

O Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda está aberto ao público externo, das 8h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira. As duas diretorias atendem também aos cidadãos, empresas e entidades na própria sede da Secretaria (Rua Amélia Eugênia 397, Jardim do Comércio), cotidianamente. O atendimento da Secretaria também se realiza nos diferentes locais de funcionamento das atividades econômicas do município.

-18-
608/2010

359/10

38

f

4. Situação em cada área a ser objeto da ação do PMAT

Assistência Social e Cidadania -

A Implantação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS em 2005, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social -LOAS, estabeleceu a responsabilidade dos Municípios pela gestão da Política de Assistência Social através de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de caráter permanente e eventual e a implantação gradativa de rede de Proteção Social Básica e Especial, o sistema participativo através do Conselho de Assistência Social e Conferências e o Sistema de Monitoramento e Avaliação e de Vigilância Social de forma a garantir a produção e sistematização de informações e a construção de índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidades sociais e Formação Continuada das equipes dos Serviços Governamentais e não Governamentais .

4.1. Planejamento Institucional

O objetivo principal é a construção do Observatório de Vigilância Social da Política Municipal de Assistência Social, dando continuidade ao trabalho realizado através do Mapa de Exclusão/Inclusão Social e Topografia Social, incluindo toda a rede Governamental e não Governamental, através da sistematização dos dados, pesquisas junto ao público atendido e núcleos de busca pró-ativa de articulação territorial, de forma a garantir a produção e sistematização de informações e a construção de índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidades sociais

4.2. Estrutura Funcional e Modelo de Gestão

A Secretaria de Assistência Social conta com dois Departamentos: Departamento de Assistência Social e Departamento de Defesa dos direitos de Cidadania e Divisão de Assistência Social, Divisão de Planejamento, Controle Financeiro, Divisão de Políticas de Inclusão, Serviço de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, Serviço de Seguranças Sociais, Serviço de Cidadania e Diversidade.

4.3. Perfil e Situação dos Recursos Humanos

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania, conta com uma equipe profissional composta por 44 técnicos de nível superior, 16 agentes administrativos e oito agentes de serviços

A Formação Continuada à Rede de Atenção a Criança e Adolescente -RECAD, dentro do eixo 'Fortalecimento Institucional' prevê a realização de programação de cursos, palestras, seminários e oficinas, de forma sistemática, para as equipes técnicas e administrativas da Rede Governamental e não Governamental.

Quanto a Política de recursos Humanos a NOB – RH aprovada pelo CNAS estabelece, entre os seus principais eixos, a contratação de equipes concursadas, a formação continuada e o estabelecimento gradativo de uma Política de Plano de Cargos e Salários.

4.4. Legislação

Constituição Federal art.203 e 204

Lei Orgânica da assistência Social – LOAS, Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente – ECA

Resolução nº 145 , de 15/10/2004 aprova a Política Nacional de Assistência Social

Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social -CNAS nº130 do CNAS, aprova a Norma Operacional Básica -NOB

Norma Operacional do Sistema Único da Assistência Social – NOB SUAS

Norma Operacional de Recursos Humanos – NOB RH

Lei 10.741 de outubro de 2003 - Estatuto do IDOSO

1.500/1996 - Lei Municipal de criação do Fundo Municipal de Assistência Social

4.5. Sistemas de Informação

Cadastro Único do Governo Federal – CADÚnico - MDS

Sistema Pró Social do Governo Estadual

-19- 3591/10
608/2010 39
f

Cadastro de Gratuitades - Sistema de Bilhetagem Eletrônica – Secretaria de Transportes
REDE SUAS
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
SIS RECAD

4.6. Atendimento ao Contribuinte/Cidadão

O atendimento realizado a população em situação de vulnerabilidade social, é realizado nos serviços descentralizados da Secretaria de Assistência Social e Cidadania : Centros de Referência de Assistência Social – CRASs, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social.
Horário de Atendimento: 8:00 às 17:00 horas de segunda à sexta feira.

-20-
608/2010

359,10
40
p

4. Situação em cada área a ser objeto da ação do PMAT

Gestão de Pessoas

Constata-se a deficiência no controle da frequência dos servidores do município, com relação a sistemas e equipamentos e que estão gerando problemas administrativos e jurídicos.

4.1. Planejamento Institucional

O objetivo principal é o de implantar um sistema de Ponto Eletrônico moderno, que unifique a forma de controle de frequência dos servidores em todos os locais de trabalho da prefeitura e que seja ligado à rede corporativa existente.

4.2. Estrutura Funcional e Modelo de Gestão

O setor de Ponto e Frequência da prefeitura é subordinado à Divisão de Gestão de Pessoas e é responsável pela implantação da política de frequência de toda a prefeitura.

4.3. Perfil e Situação dos Recursos Humanos

O setor de Ponto e Frequência da prefeitura conta com um corpo técnico de seis servidores, sendo cinco com nível superior e um nível médio.

4.4. Legislação

Lei Complementar 08/91 – Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema.

4.5. Sistemas de Informação

O setor de Ponto e Frequência conta com sistema obsoleto e precário, instalado em poucos departamentos, operando off-line e desintegrado, sendo as informações alimentadas manualmente no sistema de folha de pagamento, ocasionando um período médio de 45 dias entre a marcação do ponto e a consistência lançamento na folha.

4.6. Atendimento ao Contribuinte/Cidadão

O setor atende o público interno das 7h00 às 18h00.

-21-
608/2010

3591/10
411
P

4. Situação em cada área a ser objeto da ação do PMAT

Finanças

A Secretaria de Finanças está contemplada nas ações de implantação de metodologia de gestão e acompanhamento de custos, apoiado em sistema de gestão de custos, de um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, além de ser beneficiária dos produtos que propiciarão o atendimento mais célere do contribuinte e cidadão, uma vez que a praça de atendimento do município está sob responsabilidade desta Pasta. As áreas atendidas no projeto que estão subordinadas a Secretaria de Finanças carecem hoje de recursos na área da Tecnologia da Informação e da revisão dos fluxos de trabalho para a otimização dos recursos e identificação dos custos com a manutenção dos equipamentos públicos municipais. As implantações dos sistemas de custos e de gerenciamento eletrônico de documentos atenderão diretamente os Departamentos de Controladoria e de Protocolo e Arquivo respectivamente, que necessitam deste investimento para um salto de qualidade na execução de suas atividades.

4.1. Planejamento Institucional

Ampliação de serviços oferecidos aos cidadãos e melhoria na qualidade do atendimento; implantação do Sistema de Custo com centralização da análise de custos e implantação do sistema de digitalização na Instituição.

4.2. Estrutura Funcional e Modelo de Gestão

Organograma e Quadro de relacionamento em anexo.

4.3. Perfil e Situação dos Recursos Humanos

A Secretaria de Finanças conta atualmente com 234 servidores, bom nível de capacitação, programas de treinamento quando necessário, planos de cargos e salários em processo de implantação para toda a prefeitura, curso de pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas a servidores que trabalham como 'agentes de planejamento' e curso de 'agentes multiplicadores'.

4.4. Legislação

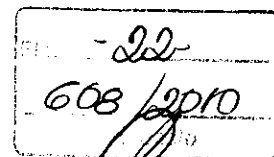
Legislação adequada e atualizada.

4.5. Sistemas de Informação

Os sistemas estão funcionando satisfatoriamente, entretanto, o ambiente de processamento e a infra-estrutura estão obsoletas e aquém das necessidades de segurança, armazenagem e backup e de conectividade da Administração Municipal.

4.6. Atendimento ao Contribuinte/Cidadão

Em 2009 foram realizados, em média, 5009 atendimentos por mês. Local de Atendimento: "Diadema Mais Fácil", Rua Amélia Eugênia, 397, Jardim do Comércio. O Município dispõe de um site para atendimento aos cidadãos, porém o mesmo está aquém das expectativas da secretaria e das necessidades dos contribuintes, principalmente em decorrência da falta de segurança do sistema de informação da prefeitura.



3591/10
42
P

4. Situação em cada área a ser objeto da ação do PMAT

Habitação e Desenvolvimento Urbano:

Especialmente quanto a questão fundiária, trata-se da existência de um vasto universo núcleos habitacionais em propriedade pública municipal, devidamente declaradas no plano diretor da cidade como AEIS (Área Especial de Interesse Social), porém sem as devidas aprovações e registros nos órgãos competentes, insurgindo em uma irregularidade de ordem jurídica, social, física. Gerando uma exclusão do sistema municipal, acarretando conseqüências de ordem cadastral, fiscal e tributária, bem como de inclusão ao seu entorno quanto aos serviços municipais.

4.1. Planejamento Institucional

O primeiro objetivo trata da regularização fundiária dos núcleos habitacionais irregulares, com a efetiva aprovação registro e viabilização de um sistema de integração cadastral fiscal e tributária, com implantação de um sistema de comercialização através da Divisão de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Outro objetivo é o retorno financeiro para a municipalidade a partir da regularização fundiária, seja através da alienação das áreas regularizadas, seja no efetivo pagamento de tributos, bem como através da comercialização de unidades habitacionais.

4.2. Estrutura Funcional e Modelo de Gestão

A Divisão de Regularização Fundiária está composta por uma equipe multidisciplinar, para atendimento a três eixos estruturantes de regularização sendo eles o jurídico, o físico e o social.

Inserida na Secretaria de Habitação de Habitação e Desenvolvimento Urbano têm como principais demandas a regularização de Loteamentos Irregulares, Núcleos Habitacionais, Empreendimentos Habitacionais e Próprios Públicos.

4.3. Perfil e Situação dos Recursos Humanos

A Divisão de Regularização Fundiária conta com um corpo profissional de sete funcionários, com a prestação de serviços na área jurídica, física e social, dos quais cinco com nível superior (um advogado, dois arquitetos e dois assistentes sociais)

4.4. Legislação

Lei Municipal n. 1093/90 (FUMAPIS)

Lei Municipal n. 2581/06 (Reg. Fundiária)

Lei Federal n. 10257/01 (Estatuto das Cidades)

Lei Federal n 11977/09 (MCMV – Reg. Fundiária)

Lei Federal n. 6766/79 (Parcelamento Solo)

4.5. Sistemas de Informação

A Divisão de Regularização Fundiária, presta suporte técnico a diversas Secretarias do Município e aos municípios, para viabilização de informações e registros de próprios públicos, loteamentos irregulares, núcleos habitacionais, empreendimentos habitacionais. Porém, as informações não estão informatizadas, dificultando e tornando mais lento os trabalhos e a disponibilização destas informações seja para os demais órgãos da própria Prefeitura, seja para a população interessada.

Da mesma forma, a estrutura física necessita de qualificação e aparelhamento adequado, especialmente para poder estar informatizado.

4.6. Atendimento ao Contribuinte/Cidadão

A Divisão de Regularização Fundiária atende ao público de segunda a sexta-feira no horário das 9h00 as 17h00, com plantões específicos realizados em finais de semanas e durante a semana no horário noturno.

- 23 - 3591/10
 608/2010 43
 Prefeitura

5. Identificação dos principais problemas existentes na administração tributária do município

Tributo	Principais Problemas
Tributos Mobiliários – ISSQN, Taxa de Licença, Taxa de Publicidade e outros	Grande volume de documentação física nos Departamento de Receita que dificultam a procura armazenagem e a disponibilização da documentação nas fiscalizações constantes nesta área.
Tributos Imobiliários – IPTU, ITBI e taxas	Grande volume de documentação física nos Departamento de Receita que dificultam a procura armazenagem e a disponibilização da documentação nas fiscalizações constantes nesta área. Ainda verificamos problema na grande quantidade de áreas ocupadas, dependentes de regularização fundiária.
Divisão de cobranças e Apoio Fiscal	Grande volume de documentação física nos Departamento de Receita que dificultam a procura armazenagem e a disponibilização da documentação nas fiscalizações constantes nesta área.

6. Identificação dos principais problemas de gestão das demais áreas contempladas pelo projeto

Área de intervenção	Principais problemas
Planejamento e Gestão Pública	A área de Tecnologia da Informação necessita de Plano Diretor de TI e Conectividade, que será um instrumento para definir os objetivos na área de TI, alinhado as necessidades da gestão municipal, estabelecendo as necessidades e os investimentos em curto prazo, médio e longo prazo, abrangendo o ambiente de conectividade, processamento, desenvolvimento e armazenagem dos dados. A necessidade de transformação do Observatório Vigilante em Observatório de Políticas Públicas, ampliando seu alcance, é outro ponto destacado.
Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Fragilidade da estrutura interna e escassez de recursos adequados a uma ação estruturante no município; elevada dependência da captação de recursos externos.
Finanças	Não há uma gestão adequada dos custos, com todas as informações necessárias para tomada de decisões de gestão e investimento, deficiência na guarda e localização de documentos, deficiência na disponibilização dos serviços para a população no portal da Prefeitura (internet) e na Central de Atendimento.
Gestão de Pessoas	Sistema e equipamentos obsoletos; Falta de padronização da forma de marcação; Falta de segurança jurídica em relação a marcações em folha de frequência; Demora entre marcação e apontamento devido ao sistema trabalhar <i>off-line</i> .
Gestão da Assistência Social	Ausência de Recursos financeiros e humanos para viabilizar a implantação de todos os serviços necessários para compor a Rede de Proteção Social Básica e Especial, garantindo a abrangência dos atendimentos, incluindo outras Políticas Setoriais. Deficiência nos sistemas de informação e da manutenção em rede de atendimento dos serviços Governamentais e não Governamentais.

- 24
608/2010
3591/10
44

Habitação e Desenvolvimento Urbano	<ul style="list-style-type: none">• Falta informatização dos dados• Corpo técnico insuficiente• Falta de informação tanto para a população, como para os demais atores atuantes na área, quanto a toda a legislação existente, que apresenta alterações constantes• Irregularidade Fundiária gera:<ul style="list-style-type: none">✓ falta de integração das áreas irregulares a cidade e seus serviços✓ impossibilidade de recolhimento de tributos✓ dificuldade de fiscalização e controle das áreas irregulares
------------------------------------	--

-25
608/2010

3591/10
45
P

7. Projeto

Descrição e objetivos do projeto

O projeto tem como escopo a modernização administrativa, com investimento em tecnologia da informação, norteados por um PDTIC - Plano Diretor de TI e Conectividade, por meio da aquisição de novas soluções e equipamentos, adoção de procedimentos e normas voltados a segurança da informação, a construção de um ambiente seguro para disponibilização de serviços na internet, ampliação e a melhoria da estrutura de conectividade, para qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos, e também na construção de uma base de informações para tomada de decisão, com maior alcance das políticas públicas desenvolvidas pela municipalidade.

A ampliação da capacidade de gestão sustentável da cidade e da máquina pública no sentido de capacitar os servidores, integrar os setores, aprimorar os recursos propiciando inovações, racionalidade de recursos, equilíbrio das contas públicas, agilidade nas ações, fortalecimento da capacidade estrutural e gerencial integrada constitui o objetivo principal a ser alcançado.

OBJETIVOS GERAIS

Elaborar e implantar Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Conectividade – A implantação do plano será um processo estruturador para os programas da gestão municipal, para o atendimento ao cidadão e a modernização da Prefeitura de Diadema. O plano pretende estruturar um ambiente de tecnologia da informação e conectividade sustentável, que permita atualizações conforme necessidade de avanços e ampliações.

Implantar Política de Segurança, Normas e Procedimentos em TI – Visa desenvolver política de segurança da informação, regulamentação, controle e monitoramento. Para a atualização da estrutura é necessária a aquisição de equipamentos e programas, bem como capacitação dos profissionais responsáveis pela gestão da segurança da informação.

Reestruturar o Departamento de Tecnologia da Informação e dos ambientes de desenvolvimento, processamento e de conectividade para implantar um ambiente de processamento de alta disponibilidade e virtualização do processamento, envolvendo a aquisição de servidores e estabelecimento de um ambiente de processamento de contingência. É necessária a aquisição de ferramentas voltada para o desenvolvimento de projetos internos e capacitação do corpo técnico em metodologias de desenvolvimento e criação de fábrica de software.

Ampliar uma Rede de Alta Disponibilidade com a estruturação de uma malha de fibras ópticas e rádios e o estabelecimento de uma Infovia Municipal, que integre os próprios municipais e ofereça aumento significativo na qualidade e na velocidade à Rede Corporativa. É necessária a aquisição e reposição de equipamentos ativos de redes, possibilitando o gerenciamento integrado das conexões locais e corporativa e a melhora da segurança da rede. Ampliar a abrangência da rede e interligar em “espinha dorsal” a administração municipal.

Expandir os serviços oferecidos na Central de Atendimento “DIADEMA + FÁCIL” com aumento da qualidade no atendimento ao cidadão, tanto presenciais, como telefônicos ou por internet. Para isso é necessário a melhoria das condições de trabalho dos atendentes com racionalização e reestruturação de espaço físico, otimização das rotinas, métodos e

sistemas de trabalho. Aperfeiçoar a gestão do atendimento, integração e simplificação dos fluxos, transparência na informação e cumprimentos dos prazos, com capacitação continuada dos servidores. Implantar no Portal da Prefeitura uma área específica para orientação e atendimento a empresas e empreendedores, bem como interfaces com outras esferas de governo e organismos externos visando o desenvolvimento local.

Criar o observatório de políticas públicas – Trata-se do desdobramento do trabalho desenvolvido com recursos do PMAT em 2004, para o atendimento de um demanda da Assistência Social e Cidadania, com a proposta à época de um 'Observatório Vigilante', no qual as ações governamentais, de caráter público estariam submetidas a processos de monitoramento e avaliação, com vistas a avaliar não apenas resultados, mas todos os procedimentos datados. O documento que consolidou a constituição do Observatório Vigilante destacou que ações voltadas ao planejamento, ao monitoramento e a avaliação, representam um conjunto lógico e sistemático de reflexões coletivas, constituindo uma ferramenta imperativa na gestão de políticas públicas, para aferir e aperfeiçoar projetos em execução e indicar novas demandas. Trata-se, dessa forma, de promover o prosseguimento dos trabalhos para a consolidação dessa importante ferramenta de gestão para o acompanhamento do desenvolvimento das ações voltadas a consolidação e qualificação das políticas públicas no Município. A partir da consolidação de um sistema de informações, bem como de um-cadastro de políticas públicas unificadas o observatório pretende tornar-se um espaço que propicie o monitoramento das ações realizadas, para criar um ambiente de articulação, interação, análise e promoção de experiências. O observatório terá um significativo papel na atualização sistemática dos dados para o mapa de exclusão/inclusão social de Diadema com análises sobre a dinâmica social populacional. A qualificação da gestão local visa apurar o impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas, a gestão participativa, o resgate da identidade local, o desenvolvimento e geração de oportunidades locais e regionais. A ampliação, racionalização e modernização da gama de serviços oferecidos, terão como propósito estímulo ao desenvolvimento econômico local e às políticas de trabalho no município. A estruturação do Observatório de Políticas Públicas permitirá ainda, a organização de diversos indicadores sócio-econômicos, garantindo agilidade na obtenção das informações e ampliando o alcance da gestão municipal no âmbito do desenvolvimento econômico, possibilitando a apropriação das informações de maneira progressiva, com vistas à qualificação da ação do poder público.

Implantar Gestão de Custos Centralizada para qualificação do trabalho já realizado. O Departamento de controladoria, subordinado à Secretaria de Finanças tem por necessidade um sistema integrado, para a produção de informações gerenciais que possibilitem a apropriação dos custos de cada área da administração municipal, com vistas à redução de custos operacionais, como medida que contemple transparência da gestão, o efetivo planejamento, e o equilíbrio e responsabilidade na gestão pública.

Implantar Sistema Eletrônico Integrado de Ponto de Acesso – conectar à rede corporativa, os dados e informações dos registros e horários de marcação de ponto do funcionalismo municipal e a consolidação das informações da entrada no sistema de folha de pagamento da Prefeitura. A ação visa gerenciar o acesso ao local de trabalho, agilizar as informações e tornar o processo mais seguro e transparente.

Implantar Sistema Eletrônico de Documentos. O Gerenciamento eletrônico de documentos (GED) - é o sistema que permite a aquisição, geração, estabelecimento de

fluxos de trabalho (workflow), com controle, armazenagem segura, compartilhamento e a disponibilização de informações existentes em documentos físicos, devidamente digitalizados, além da utilização de certificação digital para validação dos atos e documentos. O sistema permitirá aos usuários acessar os documentos digitalizados de forma ágil e segura. É um importante instrumento para a preservação dos conhecimentos da Instituição, assegurando a informação necessária, na hora exata, para a pessoa certa e de forma segura

Efetivar e ampliar a regularização fundiária e comercialização de unidades habitacionais – visa implantar uma estrutura gerencial e administrativa, com requisitos estratégicos e operacionais para a comercialização das unidades habitacionais, garantindo a sustentabilidade da política habitacional de interesse social para promover o retorno dos investimentos aplicados pelo Município. Para implantação é necessário desenvolver estudos, elaborar projeto de regularização e adoção de medidas jurídicas e administrativas para o licenciamento do projeto e registro em cartório. Esta ação tem por objetivo garantir a qualidade urbanística, ambiental e jurídica dos núcleos habitacionais e do entorno e buscar a redução do déficit e inadequação habitacional, a recuperação de recursos para re-investimentos em habitação de interesse social, seja por intermédio da alienação das áreas regularizadas como também pela ampliação da base fiscal a partir da regularização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Conectividade - PDTIC:

Elaborar diagnóstico e inventário da Tecnologia de Informação e Conectividade na Gestão Municipal.

Construir uma concepção integrada de tecnologia da informação e conectividade.

Racionalizar e otimizar os investimentos em TIC.

Implantar, monitorar o PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Conectividade.

Ampliar, qualificar e modernizar a infra-estrutura, conectividade, ambiente de processamento, hardware, software, sistemas de informação e recursos humanos.

Política de Segurança, Normas e Procedimentos em TI:

Ampliar a segurança da informação.

Qualificar o monitoramento e controle das informações e dos recursos computacionais.

Reduzir falhas e agilizar os serviços disponibilizados.

Implantar e regulamentar uma nova política de segurança e de procedimentos no uso de TI.

Adquirir novos equipamentos para substituição de obsoletos.

-28-
608/2010

3591/10
48

Reestruturação de TIC:

Readequar o Departamento de TI, com reestruturação do datacenter, reforma e adequação de espaço físico, revisão da rede elétrica e lógica, padronização dos equipamentos de conectividade, melhoria e otimização do ambiente de processamento.

Implantar um Comitê de Maturidade e Qualidade para elaborar políticas, desenvolvimento e aquisição de softwares com normas, procedimentos e metodologia.

Adquirir ferramentas voltadas para o desenvolvimento dos projetos internos.

Adquirir grupo gerador e no-breaks para manutenção dos sistemas e garantir o atendimento ao cidadão.

Elaborar e implantar um plano de recuperação de desastres, administração de crise e realização de testes para controle de incidentes.

Adquirir equipamento de armazenamento (storage), soluções e sistemas integrados de backup e guarda das informações no ambiente de TI - Automatizar rotinas de backup com confiabilidade dos dados armazenados.

Rede de Alta Disponibilidade:

Solucionar os problemas de instabilidade da rede de rádios em decorrência da saturação da frequência usada (2.4 ghz e 5.8 ghz) na região metropolitana de São Paulo; do aumento do volume de tráfego em algumas repartições públicas e a arquitetura em cascata (ponto a ponto) que ocasiona a paralisação dos sites finais em decorrência da queima ou quebra dos rádios intermediários.

Ampliar a abrangência da rede de fibras ópticas e interligar (última milha) os prédios a espinha dorsal da rede corporativa (backbone).

Construir Infovia abrangente para atender novas áreas da cidade, com boa velocidade e alto desempenho, composta de uma espinha dorsal (backbone) em fibra óptica e o reaproveitamento dos rádios na ligação final (última milha) e em locais onde a saturação da frequência não esteja presente.

Oferecer acesso ágil e de qualidade e a rede corporativa e de forma integrada.

Oferecer agilidade no atendimento ao cidadão.

Adquirir equipamentos ativos de redes para possibilitar gerenciamento integrado das redes locais e da rede corporativa com melhoria da segurança da comunicação.

Melhoria do Atendimento ao Cidadão:

Reestruturar os espaços com aquisição de mobiliário, equipamentos, sistema de informática para melhor atender e ampliar serviços ao cidadão de forma presencial, por telefone ou internet.

-23-
608/2010

3591/10
49

Racionalizar e otimizar as rotinas e métodos de trabalho,

Expandir e agilizar os serviços prestados para aumento do nível de satisfação dos usuários.

Aperfeiçoar a gestão de atendimento.

Promover a capacitação continuada dos servidores para melhoria da qualidade e redução de tempo do atendimento.

Observatório de Políticas Públicas:

Criar e capacitar núcleos específicos para acompanhamento do desenvolvimento das ações voltadas à consolidação das políticas públicas no Município.

Criar um ambiente de elaboração, de busca, de monitoramento e de análise permanente de indicadores socioeconômicos para identificar a dinâmica dos impactos das ações da municipalidade no território.

Criar ampla base de informações de fácil compreensão, para disponibilização ao conjunto de gestores e segmentos sociais visando o desenvolvimento local e regional.

Qualificar a gestão local para produzir melhoria da qualidade de vida na cidade, transparência e divulgação das ações da municipalidade, gestão participativa, desenvolvimento econômico local e geração de oportunidade de renda e trabalho.

Desenvolver e publicar de forma integrada um sistema de informação sustentável, expansível, confiável dos mais diversos temas (econômico, social, territorial, entre outros).

Gestão de Custos:

Centralizar trabalhos, sistema, corpo técnico e controle para implementação da Controladoria.

Aprimorar o controle orçamentário, econômico e financeiro para orientar as áreas da Administração Municipal na aplicação e execução dos recursos públicos e produção de informações gerenciais.

Acompanhar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas orçamentários.

Avaliar os resultados com eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado (periódicas ou por amostragem).

Sistema Eletrônico Integrado de Ponto e Acesso:

Implantar um sistema Ponto Eletrônico para registro, controle de frequência dos

servidores em todos os locais de trabalho, ligado à rede corporativa existente.

Consolidar de forma ágil e confiável as informações de horários e frequência no sistema de folha de pagamento.

Reduzir o tempo de coleta, atualização e processamento das informações.

Gerenciar o acesso ao local de trabalho de forma rápida, segura e com transparência e permitir maior êxito nas ações trabalhistas.

Gerenciamento Eletrônico de Documentos:

Adquirir sistema especializado de GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos, os equipamentos de digitalização (micros, scanner, tokens etc) e equipamentos de disponibilização e armazenagem de documentos (servidores, storage, backups etc.).

Capacitação do corpo técnico para manutenção e implantação do GED em novos processos de trabalho.

Permitir a aquisição, geração, estabelecimento de fluxos de trabalho (workflow), com controle, armazenagem segura, compartilhamento e a disponibilização de informações existentes em documentos físicos, devidamente digitalizados.

Permitir aos usuários acesso aos documentos digitalizados de forma ágil e segura.

Reduzir a manipulação de documentos, com melhoria na qualidade e preservação do documento físico e controle mais efetivo dos documentos.

Reduzir a movimentação de documentos entre as áreas de trabalho, com redução de custo e de tempo.

Agilizar o fluxo nas operações e aperfeiçoar a coordenação dos esforços entre as unidades.

Agilizar a tomada de decisão.

Regularização Fundiária e Comercialização de Unidades Habitacionais:

Resgatar a função social da cidade, na implantação de instrumentos de reforma urbana para melhor ordenamento e controle do uso do solo.

Dificultar a especulação imobiliária e garantir acesso a terra urbanizada.

Elaborar relatórios gerenciais para facilitar o controle e monitoramento.

Efetivar e ampliar a regularização dos assentamentos irregulares.

Integrar os núcleos habitacionais da cidade no âmbito jurídico, social, físico, cadastral e tributário.

-31- 3591/10
608/2010

- Promover a inclusão sócio-territorial e o respeito ao meio ambiente.
- Promover a compreensão integrada da Política Habitacional às Políticas Urbanas e Sociais.
- Estabelecer critérios e rotina para o processo de comercialização de conjuntos habitacionais.

-32-
608/2010
3591/10
52
P

7.2 Área de Planejamento e Gestão Pública

7.2.1 Ações planejadas na área

Está prevista a elaboração de um PDTIC - Plano Diretor de Informática e Conectividades, com a avaliação e inventário da situação atual, identificação e projeção das necessidades atuais e futuras de tecnologia da informação e conectividade, definindo e priorizando as ações necessárias para atendimento das ações de administração municipal e do projeto financiado pelo PMAT.

Focos de Intervenção

O departamento de tecnologia da Informação, com a contratação de consultoria para elaboração do plano diretor de tecnologia da informação e conectividade (Serviços Técnico Especializados).

Ação número: 1 Prazo (meses): 6

Descrição da ação: Elaboração do Plano Diretor de Informática e Conectividade - PDTIC

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE		
CRH		
STE	Consultoria para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Conectividade - PDTIC	300
EAF		
IEF		
Total		300

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
Contratar, antes da assinatura do contrato de financiamento, empresa de consultoria que elaborará o PDTIC, para que as necessidades atuais e futuras de TIC – Tecnologia da Informação e Conectividades e das demais ações previstas no projeto PMAT sejam quantificadas, detalhadas e suportadas pela estrutura de TIC da Prefeitura..

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
O objetivo principal é elaborar e implantar um planejamento estratégico de tecnologia da informação e conectividade para a Prefeitura de Diadema. Não há indicador atual e pretendemos, ao final do projeto, elaborar e implantar o Plano.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Contratação de empresa para elaboração do Plano Diretor de tecnologia de informação	Não existe o Plano	Plano Diretor criado e implantado	06 meses

-33
608/2010

3591/10
53

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

-34-
608/2010

3591/10
54
P

7.2 Área de Planejamento e Gestão Pública

7.2.1 Ações planejadas na área

Elaborar e implantar políticas de segurança em TI, envolvendo o estabelecimento de diretrizes, normas e procedimentos, visando a segurança da informação nos ambiente de processamento e da rede corporativa.

Focos de Intervenção

Área de Tecnologia de Informação, para gestão do sistema de segurança, com a modernização do parque de máquinas dos órgãos de gestão e controle da Prefeitura, com a contratação de consultorias (serviços técnicos especializados), capacitações (capacitação de recursos humanos) e aquisição de equipamentos e softwares (tecnologia de informação e equipamentos de informática), a saber:

1. Aquisição de softwares e sistemas de segurança;
2. Aquisição de 200 microcomputadores para substituição de equipamentos obsoletos;
3. Aquisição de servidores e equipamentos de segurança (IPS, firewall, etc);
4. Contratação de uma consultoria para implantação de políticas de segurança;
5. Contratação de capacitação para gestão de segurança;

Ação número: 2 Prazo (meses): 10

Descrição da ação: Implantação de Políticas de Segurança e Normas e Procedimentos em Tecnologia da Informação (TI)

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de novos equipamentos, software e troca de 200 equipamentos	900
CRH	Capacitação em Gestão de Segurança de Ti	80
STE	Consultoria para Implantação de Política de Segurança	200
EAF		
IEF		
Total		1.180

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
A ação prevê inicialmente a contratação de consultoria para definição de políticas de segurança. Este trabalho será acompanhado pela equipe de TI da Prefeitura. Com a definição das políticas, a Prefeitura dimensionará, com base no plano, as necessidades de equipamentos e sistemas de segurança, providenciando sua aquisição. Serão, finalmente, capacitados os servidores municipais para manutenção e uso do sistema.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Assegurar a integridade das informações municipais em todos os seus níveis. Não há critérios de aferição dos problemas causados pela falta de segurança da informação atual. o objetivo ao final da ação é o estabelecimento de políticas e de gestão de segurança da informação e o adoção de um ambiente (Intranet e extranet) seguro para processamento, armazenagem e disponibilização das informações.

-35-
608/2010
3591/10
55

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de novos equipamentos, sistemas de segurança e troca de 200 equipamentos	200 equipamentos obsoletos e que não permitem implementar políticas de segurança. Equipamentos e sistemas de segurança incipientes e insuficientes	Aquisição de equipamentos atualizados e equipamentos e sistemas de segurança eficazes	06 meses
Capacitação em Gestão de Segurança de TI	Servidores desprovidos de conhecimento técnico em políticas e em gestão de segurança de informação	Servidores capacitados em políticas de segurança da informação e operando ambiente seguro	10 meses
Consultoria para Implantação de Política de Segurança	Ambiente de TI e sistemas de informações vulneráveis, sem uma política de segurança de informação implantada	Definição das necessidades de sistemas e equipamentos de segurança da informação. Política de segurança estabelecidas, implantada e disseminadas em toda a instituição	08 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Contratação de analista para gestão do sistema	0,00			44,74	46,97	49,31
Total	0,00			44,74	46,97	49,31

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

Contratação de 01 analista de sistemas para acompanhamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas, a partir do segundo ano. Nos valores acima estão apropriados salário base, encargos e benefícios, com a adoção do INPC como índice de correção nos anos seguintes.

-36-
608/2010

3591,0
56

7.2 Área de Planejamento e Gestão Pública		
7.2.1 Ações planejadas na área Promover a revisão e adequação do Departamento de TI, com a aquisição de equipamentos e soluções, revisão física e da rede lógica e elétrica do Data Center, implantação de fábrica de software, com a capacitação dos servidores em metodologias de desenvolvimento para atendimento as demandas da Administração.		
Focos de Intervenção Pretende-se adquirir:		
<ol style="list-style-type: none"> 1) Soluções e sistemas integrados e automatizados de backup e guarda de informações (storage) no ambiente de TI (data Center). 2) Grupo gerador e No-breaks, permitindo o funcionamento ininterrupto e seguro do ambiente de processamento. 3) Equipamentos e Soluções para o ambiente de processamento (Data Center) com a implementação de virtualização. 4) Revisão física e da rede elétrica e lógica do Datacenter 5) Aquisição de ferramentas e capacitação dos servidores em metodologias de desenvolvimentos para a implantação de uma fábrica de software, atendendo as necessidades de desenvolvimento internas. 6) Aquisição de Racks, ar condicionado, mobiliário adequado e especializado.. 		
Está prevista reestruturação completa, garantindo a contingência e a alta disponibilidade, do ambiente de processamento (Datacenter) e a contratação de capacitação dos servidores e a adoção de novas ferramentas em desenvolvimento.)		
Ação número: 3		Prazo (meses): 12
Descrição da ação: Reestruturação da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação		
Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de equipamentos, soluções e ferramentas de processamento (virtualização) backup, armazenagem e desenvolvimento de sistemas	900
CRH	Capacitação em Metodologias de Desenvolvimento	100
STE		
EAF		
IEF	Revisão física e da rede lógica e elétrica do Datacenter e adequação do Departamento, Aquisição de ar condicionado, grupo gerador e nobreaks, etc.	720
Total		1.720
7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área Serão implantados um plano de contingência e um plano de recuperação de desastres e administração de crise e um plano para realização de testes. Paralelamente, será efetuada a readequação do Departamento de TI, com a reestruturação do datacenter, reforma e adequação do espaço físico. Por fim, após o estabelecimento da reestruturação pretendida, realizar-se-á a		

37
608/2010
11/10

capacitação do corpo de funcionários
(Como o projeto será implementado?)

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Atualmente não há indicadores quantitativos, tendo em vista a natureza da ação, mas pretende-se alcançar o melhor resultado possível com vistas à eliminação dos riscos de comprometimento e perda de informações.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de equipamentos	Equipamentos inexistentes e/ou suficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Aquisição de solução	Inexistência de um solução automatizada de backup e de armazenagem de informações no ambiente de TI	Solução automatizada de backup e de armazenagem	10 meses
Revisão física e da rede lógica e elétrica do Datacenter e adequação do Departamento, Aquisição de ar condicionado, grupo gerador e nobreaks, etc.	Rede precária, problemas de variação e interrupção de energia, com a descontinuidade dos serviços.	Estrutura de lógica e elétrica refeita, estabelecendo um ambiente de processamento contínuo	12 meses
Contratação de serviços de capacitação dos servidores do novo sistema	Servidores não capacitados para utilização de sistemas de backup	Servidores capacitados na utilização da ferramenta de sistema de backup	2 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

-38-
608/2010
3591/10
58

7.2 Área de Planejamento e Gestão Pública

7.2.1 Ações planejadas na área
 Implantar as diretrizes e ações de conectividade definidas no PDTIC - Plano Diretor de Informática e Conectividade, para o estabelecimento de uma infovia municipal (rede de alta disponibilidade) para integração dos equipamentos públicos municipais.

Focos de Intervenção
 Pretende-se investir no planejamento e ampliação do backbone (espinha dorsal) em fibra óptica e o reaproveitamento dos rádios na ligação final (última milha) e em locais onde a saturação de freqüência não esteja presente, para o acesso de qualidade a rede corporativa, mediante a aquisição de equipamentos (ativos) de rede e de sistema de gerenciamento de rede;
 Além disso, está prevista a ampliação da rede de fibras ópticas e ligação de próprios municipais e o fechamento de redundâncias da rede de fibras ópticas;

Ação número: 4 Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Implantação da Rede de Alta Disponibilidade

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de equipamentos de rede e revisão e implantação de sistema de gerenciamento	790
CRH		
STE		
EAF		
IEF	Ampliação de rede de fibras ópticas, ligação de próprios municipais e fechamento de redundância da rede de fibras ópticas	2.000
Total		2.790

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
 A ação se inicia após as definições contidas no Plano Diretor de Informática e Conectividade (Ação 1), para a implantação de uma rede de fibras ópticas e rádios (infovia), com a ampliação da espinha dorsal (*backbone*) e suas ramificações, de forma a possibilitar o acesso à rede corporativa, de maneira integrada, segura e redundante, com garantia de qualidade, a todos os equipamentos públicos municipais conectados.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
 A Rede Municipal de dados utiliza tecnologias mistas e é composta por soluções de conectividade sem fio 'via rádio' e fibras ópticas. Essa rede tem apresentado instabilidade, em decorrência de fatores como a saturação das freqüências usada na Região Metropolitana de SP, do aumento do volume de tráfego em algumas repartições públicas e da arquitetura em 'cascata' (ponto a ponto), que ocasiona paralisação dos sites finais quando da ocorrência de queima ou quebra dos rádios intermediários. Não há indicadores específicos, mas o projeto visa eliminar a ocorrência de interrupções do sistema.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
------	----------------	---------------	-------

-39- 3590/10
608/2010 59

Aquisição de ativos de rede	Equipamentos e programas insuficientes e ineficazes	Aquisição de equipamentos e programas compatíveis	06 meses
Ampliação da rede de fibra óptica	Rede implantada parcialmente, com presença de rede de rádios apresentando grande instabilidade	Implantação de 'backbone' em fibra óptica, com redundância e de forma integrada – Rede de Alta Disponibilidade	24 meses
Aquisição de sistema de gerenciamento de rede	Inexistência de um sistema de gerenciamento, comprometendo o monitoramento da rede corporativa	Sistema de Gerenciamento implantado na totalidade dos equipamentos públicos conectados	06 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

Despesa	R\$ mil					
	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Contratação de analista para gestão do sistema	0,00			89,48	93,94	98,65
Total	0,00			89,48	93,94	98,65

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa
Contratação de 02 analistas de telecomunicações para acompanhamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas, a partir do segundo ano. Nos valores acima estão apropriados salário base, encargos e benefícios, com a adoção do INPC como índice de correção nos anos seguintes.

7.2 Área de Planejamento e Gestão Pública		
7.2.1 Ações planejadas na área <i>O Observatório tem por escopo a concepção, geração e análise permanente dos indicadores socioeconômicos, de modo a possibilitar a identificação da dinâmica das variáveis que se expressam no território do município.</i>		
Focos de Intervenção Levantamento de informações e dados para a criação dos núcleos específicos e indicadores (Econômico, Políticas Sociais, Inf. Territoriais e sociais, etc.) Concepção e implantação de um sistema de Cadastro Único das Políticas Públicas Para o desenvolvimento e consolidação do cadastro único de políticas públicas, está prevista a aquisição de: 10 equipamentos de informática; mobiliário completo (10 mesas e 10 cadeiras); Contratação de Consultoria para levantamento de informações e dados;		
Ação número: 6		Prazo (meses): 24
Descrição da ação: Observatório de Políticas Públicas		
Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de equipamentos (estação de trabalho)	50
CRH	Capacitação do corpo técnico	100
STE	Implantação do sistema e cadastro único de políticas públicas, Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	675
EAF	Aquisição de mobiliário	50
IEF		
Total		1.050
7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área <i>O trabalho terá início com a aquisição dos equipamentos e mobiliário, a seguir será feita a contratação de consultoria para o levantamento de informações e dados e consolidação do cadastro único de políticas públicas. Por fim, será realizada a capacitação do corpo técnico, para que seja feita a apropriação da linguagem e dos recursos disponibilizados pela nova ferramenta.</i>		
7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área <i>Não há disponível para as diversas áreas da prefeitura, um conjunto de informações socioeconômicas municipais qualificadas e sistematicamente atualizadas. Pretende-se alcançar um nível de informações o mais diversificado possível, como forma de possibilitar a apropriação das informações de maneira instantânea.</i>		

- 41-
608/2010
3591/10
61
P

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de equipamentos (estação de trabalho)	Equipamentos inexistentes e/ou suficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Capacitação do corpo técnico	Funcionários não capacitados para o gerenciamento do Observatório	Aquisição de equipamentos compatíveis	07 meses
Implantação do sistema e do cadastro único de políticas públicas e Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	Inexistência de sistema e cadastro de políticas públicas e de informações atualizadas de forma rotineira e sistematizada	Sistema e Cadastro de Políticas Públicas implantados	24 meses
Aquisição de mobiliário	Inexistência de um setor estruturado e equipado com ferramentas de informação	Setor estruturado para o gerenciamento de informações sobre políticas públicas	03 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Contratação de analista para gestão do sistema	0,00			44,74	46,97	49,31
Contratação de técnico de nível superior para geração de análises	0,00			44,74	46,97	49,31
Total	0,00			89,48	93,94	98,65

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

1) Contratação de 01 analista de sistemas para acompanhamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas, a partir do segundo ano. Nos valores acima estão apropriados salário base, encargos e benefícios, com a adoção do INPC como índice de correção nos

-42-
608/2010

359/10
62

7.2 Área de Assistência Social e Cidadania

7.2.1 Ações planejadas na área
O Observatório tem por escopo a concepção, geração e análise permanente dos indicadores sócio-econômicos, de modo a possibilitar a identificação da dinâmica das variáveis que se expressam no território do município.

Focos de Intervenção
Levantamento de informações e dados para a criação dos núcleos específicos e indicadores (Econômico, Políticas Sociais, Inf. Territoriais e sociais, etc.)
Concepção e implantação de um sistema de Cadastro Único das Políticas Públicas
Para o desenvolvimento e consolidação do cadastro único de políticas públicas, está prevista Consultoria para levantamento de informações e dados, para continuidade (nova etapa) do projeto de Observatório Vigilante;

Ação número: 6 Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Observatório de Políticas Públicas

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE		
CRH	Capacitação do corpo técnico	100
STE	Implantação do sistema e cadastro único de políticas públicas, Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	50
EAF		
IEF		
Total		150

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
O trabalho terá início com a aquisição dos equipamentos e mobiliário, a seguir será feita a contratação de consultoria para o levantamento de informações e dados e consolidação do cadastro único de políticas públicas. Por fim, será realizada a capacitação do corpo técnico, para que seja feita a apropriação da linguagem e dos recursos disponibilizados pela nova ferramenta.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Não há disponível para as diversas áreas da prefeitura, um conjunto de informações socioeconômicas municipais qualificadas e sistematicamente atualizadas. Pretende-se alcançar um nível de informações o mais diversificado possível, como forma de possibilitar a apropriação das informações de maneira instantânea.

- 43 -
608/2010

3591/10
03

7.2 Área de Assistência Social e Cidadania		
<p>7.2.1 Ações planejadas na área <i>O Observatório tem por escopo a concepção, geração e análise permanente dos indicadores sócio-econômicos, de modo a possibilitar a identificação da dinâmica das variáveis que se expressam no território do município.</i></p>		
<p>Focos de Intervenção Levantamento de informações e dados para a criação dos núcleos específicos e indicadores (Econômico, Políticas Sociais, Inf. Territoriais e sociais, etc.) Concepção e implantação de um sistema de Cadastro Único das Políticas Públicas Para o desenvolvimento e consolidação do cadastro único de políticas públicas, está prevista Consultoria para levantamento de informações e dados, para continuidade (nova etapa) do projeto de Observatório Vigilante;</p>		
Ação número: 6		Prazo (meses): 24
Descrição da ação: Observatório de Políticas Públicas		
Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE		
CRH	Capacitação do corpo técnico	100
STE	Implantação do sistema e cadastro único de políticas públicas, Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	50
EAF		
IEF		
Total		150
<p>7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área O trabalho terá início com a aquisição dos equipamentos e mobiliário, a seguir será feita a contratação de consultoria para o levantamento de informações e dados e consolidação do cadastro único de políticas públicas. Por fim, será realizada a capacitação do corpo técnico, para que seja feita a apropriação da linguagem e dos recursos disponibilizados pela nova ferramenta.</p>		
<p>7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área Não há disponível para as diversas áreas da prefeitura, um conjunto de informações socioeconômicas municipais qualificadas e sistematicamente atualizadas. Pretende-se alcançar um nível de informações o mais diversificado possível, como forma de possibilitar a apropriação das informações de maneira instantânea.</p>		

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Consultoria para capacitação do corpo técnico voltada ao desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas	O Observatório Vigilante necessita de prosseguimento para a consolidação de novas informações em políticas públicas	Observatório implantado em sua totalidade	24 meses
Implantação do sistema e do cadastro único de políticas públicas e Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	Inexistência de sistema e cadastro de políticas públicas e de informações atualizadas de forma rotineira e sistematizada	Sistema e Cadastro de Políticas Públicas implantados	24 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE			
CRH		100	
STE		50	
EAF			
IEF			
Total		150	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

3591/10
65

-45-
608/2010

7.2 Área de Finanças		
7.2.1 Ações planejadas na área A presente ação tem por objeto a expansão dos serviços oferecidos na Central de Atendimento "DIADEMA + FÁCIL", tais como a introdução de serviços pertinentes ao Estado de São Paulo, agregação de serviços de trânsito; disponibilização de serviços por meio da internet e melhoria do atendimento com reformulação dos fluxos de trabalho.		
Focos de Intervenção Como objetivo geral, o projeto busca a ampliação dos serviços oferecidos, a elevação da qualidade no atendimento ao cidadão, aumento do nível de satisfação dos usuários dos serviços e melhora da imagem da Instituição.		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição de microcomputadores para postos de atendimento 2. Aquisição de equipamentos para disponibilização de novo portal municipal na Internet (TIE) 3. Disponibilização de novos serviços no portal da Prefeitura 4. Revisão do fluxos de novos serviços e processo de trabalho 5. Capacitação do corpo técnico 		
Ação número: 5		Prazo (meses): 24
Descrição da ação: Melhoria do Atendimento ao Cidadão		
Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de Equipamentos para atendimento e para o portal do Município e disponibilização de mais serviços à população pelo novo portal.	660
CRH	Capacitação do corpo técnico	200
STE	Revisão e implantação de novos fluxos e processos de trabalho	300
EAF		
IEF		
Total		1.160
7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área Serão adquiridos, no início do projeto, e após a conclusão do Plano Diretor de TI, os equipamentos necessários para disponibilizar ao novo portal. Na seqüência serão revisados os processos de trabalho e estabelecidos os novos fluxos, com a contratação de consultoria para, então, ser feita a capacitação do corpo técnico de atendentes e gerentes de áreas ligadas ao atendimento, também por meio de contratação de consultoria.		
7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área <ol style="list-style-type: none"> 1 Adequação física, aquisição de novos equipamentos e implantação de novos fluxos no sistema de informação, (microcomputadores, servidores de informações, equipamentos de segurança da informação para a construção de um ambiente seguro para disponibilização das informações no novo portal do Município na internet) destinados ao atendimento e a disponibilização de novos serviços ao cidadão, de modo presencial e pela internet; 		

- 2 A Prefeitura dispõe de um sítio na internet, com pouca disponibilização de serviços online à população e pretendemos disponibilizar todos os serviços possíveis para o auto-atendimento e facilitando aqueles que devem ser presenciais.
- 3 Após a revisão de todos os processos de trabalho conectados ao atendimento ao cidadão, para aprimorar os prazos de atendimento e a satisfação dos usuários e eficácia no atendimento

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de Equipamentos e disponibilização de mais serviços à população pelo novo portal	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Capacitação do corpo técnico	Corpo técnico da Central de Atendimento com capacitação insuficiente frente às novas demandas	Corpo técnico de atendimento capacitado	2 meses
Revisão e implantação de novos fluxos e processos de trabalho	Processos existentes desatualizados e sem racionalidade	Fluxos de trabalhos revisados, mapeados, célere e com resolutividade.	7 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
1) Revisão da estrutura de cargos dos atendentes da Central de Atendimento	962				977	1.025,85
2) Contratação de atendentes telefônicos	0,00				169	177,45
3) Contratação de dois analistas para a gestão dos sistemas	0,00			93,94	98,65	103,57

-4/-
608/2010
3591/10
67

Total	962		93,94	1.244,65	1.306,87
--------------	-----	--	-------	----------	----------

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

- 1) Foram computados os valores de gratificação para os atendentes da Central de Atendimento - Diadema Mais Fácil, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.
- 2) Serão contratados a partir do terceiro ano, 8 (oito) atendente para compor o atendimento telefônico da Central de Atendimento - Diadema Mais Fácil. Nos salários acima estão computados o salário base, encargos e benefícios, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.
- 3) Contratação de 02 analistas de sistemas para acompanhamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas, a partir do segundo ano. Nos valores acima estão apropriados salário base, encargos e benefícios, com a adoção do INPC como índice de correção nos anos seguintes.

-48-
608/2010
2591/10
68

7.2 Área de Finanças		
7.2.1 Ações planejadas na área Implantação de um sistema de custos em toda a Prefeitura, com o gerenciamento do Departamento de Controladoria a fim de planejar, orientar, acompanhar e avaliar a execução da despesa		
Focos de Intervenção A presente ação tem por objetivo a implantação de um sistema de custos na Prefeitura, que se dividirá em: 1) Aquisição de um sistema de informática para gerenciamento das informações (TIE); 2) Aquisição de servidores e estações de trabalho para a disseminação da estrutura em toda a Prefeitura; as quantidades serão definidas no trabalho final do escopo da consultoria 3) Contratação dos serviços especializados de consultoria para implantação do sistema de custos na Prefeitura. (STE)		
Ação número: 7		Prazo (meses): 24
Descrição da ação: Implantação de Gestão de Custos na Prefeitura		
Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de solução (sistema e equipamentos)	500
CRH	Capacitação	100
STE	Consultoria	400
EAF		
IEF		
Total		1.000
7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área Será contratada a Consultoria que avaliará a situação atual da instituição e indicará o melhor caminho para a implantação do sistema. Em seguida será contratado um sistema de gestão de custos para gerenciar toda a informação e durante a sua implantação serão adquiridos os equipamentos (servidores e estações de trabalho)		
7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área Produzir informações gerenciais a fim de subsidiar a tomada de decisões dos gestores municipais, visando manter a responsabilidade na gestão fiscal. Atualmente não existe um sistema disseminado na Prefeitura de análise de novos projetos e de despesas continuadas. Desta forma não existem indicadores atuais desta ação, tendo como alvo a implantação de um sistema integrado de gestão de custeio de todos os projetos e ações da Prefeitura.		

-49-
608/2010

3591/10
09
P

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de solução (sistema)	Inexistência de sistema de gestão de custos	Sistema de gestão de custos implantado	11 meses
Aquisição de equipamentos	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Contratação de serviços de Consultoria	Não existe definição de uma política de avaliação de projetos através de seus custos	Política de análise de custo permanente nas ações de planejamento e gestão	24 meses
Contratação de serviços de Capacitação	Servidores incapacitados em relação a um sistema de gestão de custos	Servidores capacitados nas melhores técnicas de planejamento e utilização da ferramenta de gestão de custos	7 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

Despesa	R\$ mil					
	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Contratação de pessoal para composição da equipe de custos	184,6				193,7	203,3
Total	184,6				193,7	203,3

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

Foram computados os salários de 6 técnicos de Contabilidade, 1 Economista e 1 Agente Administrativo a partir do terceiro ano. Nos salários acima estão computados o salário base, encargos e benefícios, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.

7.2 Área de Finanças

7.2.1 Ações planejadas na área
Implantação de um sistema de Gerenciamento eletrônico de documentos que permita a geração, estabelecimento de fluxos de trabalho com controle, armazenagem segura, compartilhamento e a disponibilização de informações existentes em documentos.

Focos de Intervenção
Pretende-se adquirir:
7) um sistema especializado de GED – Gerenciamento eletrônico de documentos. (TIE);
8) estações de trabalho, scanners, servidores, storages, tokens e backups para a implantação do sistema. (TIE); e por fim,
9) A capacitação dos servidores para gerenciarem o sistema e utilizarem a ferramenta. (CRH)

Ação número: 9 Prazo (meses): 14

Descrição da ação: Implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documento (GED)

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de solução (sistema e equipamentos)	750
CRH	Contratação de serviços de capacitação dos servidores do novo sistema	100
STE		
EAF		
IEF		
Total		850

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
Será adquirido o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos customizado para atender à demanda da instituição, em seguida serão adquiridos os equipamentos de informática, tais como, estações de trabalho, servidores, storage, backups, scanners e tokens. Por fim os servidores serão capacitados para operar e realizar a manutenção do sistema.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Possibilidade de fornecer informação de maneira imediata aos servidores, maior rapidez na busca de informação, atualização e recuperação de dados, redução da movimentação de documentos entre as áreas. Atualmente não existe um sistema implantado na Prefeitura. Desta forma não existem indicadores atuais desta ação, tendo como alvo a implantação de um sistema integrado de gestão eletrônica de documentos nas áreas meio da Prefeitura.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de solução (sistema)	Inexistência de um sistema de gerenciamento	Sistema de Gerenciamento eletrônico de	14 meses

-51-
608/2010
3591/10
F1

	eletrônico de documentos	documentos implantado nas Secretarias meio	
Aquisição de equipamentos	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Contratação de serviços de capacitação dos servidores do novo sistema	Servidores incapacitados em relação a um sistema de gestão eletrônica de documentos	Servidores capacitados na utilização e manutenção da ferramenta de gestão eletrônica de documentos	7 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Contratação de equipe para o processo de digitalização	0,00			61,1	64,155	67,362
Contratação de analista para gestão do sistema	0,00			44,74	46,97	49,31
Total	0,00			105,84	111,125	116,672

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

- 1) Contratação de 03 agentes administrativos para preparação e gerenciamento dos documentos eletrônicos, a partir do segundo ano. Nos salários acima estão computados o salário base, encargos e benefícios, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.
- 2) Contratação de 01 analista de sistemas para acompanhamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas, a partir do segundo ano. Nos valores acima estão apropriados salário base, encargos e benefícios, com a adoção do INPC como índice de correção nos anos seguintes.

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE		1.910	
CRH		400	
STE		700	
EAF			

- 52 -
608/2010

2591/10
72
[Signature]

IEF			
Total		3.010	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

7.2 Área de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

7.2.1 Ações planejadas na área
O Observatório tem por escopo a geração e análise permanente dos indicadores sócio-econômicos, de modo a possibilitar a identificação da dinâmica das variáveis que se expressam no território do município, criando núcleos, e indicadores específicos - Econômico, Urbano, Emprego, Política Sociais, Territorial, etc.

Focos de Intervenção
Para o levantamento de informações e dados, está prevista a contratação de consultoria, visando à consolidação de um cadastro único e a apropriação das diversas informações sócio-econômicas. Está prevista também a capacitação do corpo técnico de funcionários para utilização do sistema e cadastro único.

Ação número: 6 Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Observatório de Políticas Públicas

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE		
CRH	Capacitação do corpo técnico	100
STE	Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais	125
EAF		
IEF		
Total		225

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
A Consultoria em capacitação está prevista no contexto de possibilitar ao conjunto dos funcionários, o acesso às informações e produção de indicadores. Está prevista também a contratação de consultoria para o levantamento de informações e dados sócio-econômicos para o monitoramento das políticas e programas sociais.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Não há disponível para as diversas áreas da prefeitura, um conjunto de informações socioeconômicas municipais qualificadas e sistematicamente atualizadas. Pretende-se alcançar um nível de informações o mais diversificado possível, como forma de possibilitar a apropriação das informações de maneira instantânea.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Consultoria para capacitação do corpo técnico	O Observatório Vigilante necessita de prosseguimento	Observatório implantado em sua totalidade	21 meses

-54
608/2010

359/10
74

voltada ao desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas	para a consolidação de novas informações em políticas públicas		
Implantação do sistema e do cadastro único de políticas públicas e Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	Inexistência de sistema e cadastro de políticas públicas e de informações atualizadas de forma rotineira e sistematizada	Sistema e Cadastro de Políticas Públicas implantados	24 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE			
CRH		100	
STE		125	
EAF			
IEF			
Total		225	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

-55-
608/2016

3591/10
f5

7.2 Área de Habitação e Desenvolvimento Urbano

7.2.1 Ações planejadas na área
Com base no Estatuto da Cidade, no Plano Diretor e na Lei Municipal de Regularização Fundiária, Lei Federal n. 11.977/09 a cidade pretende avançar no tema e propor a regularização dos assentamentos irregulares com a caracterização individual dos lotes, demarcação de reservas de áreas e o registro em cartório dos títulos de posse e abertura de matrículas individuais, e criação de um sistema de comercialização e informatização do sistema fundiário, proporcionando a inclusão de assentamentos irregulares à cidade formal em todos os seus aspectos sociais, jurídicos, físicos, cadastrais, tributários.
Com a implementação da regularização fundiária e cadastramento dos assentamentos irregulares haverá uma inclusão no sistema tributário municipal, onde o município poderá aplicar a cobrança de tributos como o IPTU e ITBI. Além da criação do sistema de comercialização de unidades habitacionais que possibilitará retorno financeiro para a municipalidade.

Focos de Intervenção
O Foco de intervenção será os assentamentos irregulares em áreas de interesse social através da Divisão de Regularização Fundiária.

Ação número: **10** Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Regularização Fundiária e Comercialização de unidades habitacionais em áreas desafetadas

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE		
CRH		
STE	Elaboração de Cadastro Fundiário e preparação da regularização e sistema de gestão da comercialização das unidades habitacionais	3.000
EAF		
IEF		
Total		3.000

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
Pretende o município desenvolver as seguintes atividades:

- elaboração de metodologia/plano de trabalho;
- levantamento de informações;
- diagnóstico;
- elaboração de projeto de regularização fundiária;
- atividades jurídicas e administrativas – licenciamento do projeto de regularização fundiária e registro do parcelamento no cartório de registro de imóveis;

-56-
608/2010

3591/10
fb

- atividades jurídicas e administrativas - Registro no Cartório de Imóveis;
- implementação de sistema de comercialização;
- informatização do sistema de regularização.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área

As metas são efetivação e ampliação da regularização dos assentamentos irregulares e a comercialização de unidades habitacionais visando:

1. Implementação do sistema de comercialização Retorno financeiro para a municipalidade seja através da alienação das áreas regularizadas, seja no efetivo pagamento de tributos a partir da regularização
2. Formalização do registro dos núcleos habitacionais em área pública perante o CRI local e gestão com os demais órgãos.
3. Integração dos núcleos habitacionais a cidade em seus âmbitos jurídicos, sociais, físicos, cadastrais e tributários.
4. Garantia da qualidade urbanística, ambiental e jurídica dos moradores dos referidos núcleos e entorno.
5. Promoção da inclusão sócio-territorial.
6. O reconhecimento do direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal Brasileira.
7. Gestão democrática com a participação da sociedade civil na definição, gestão e avaliação da política habitacional possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos.
8. O resgate da função social da cidade, buscando implementar instrumentos de reforma urbana para possibilitar o melhor ordenamento e controle do uso do solo, de forma a combater a especulação imobiliária e garantir o acesso a terra urbanizada.
9. Respeito ao meio ambiente.
10. Compreensão integrada da Política Habitacional às Políticas Urbanas e Sociais

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Elaboração de Cadastro Fundiário e regularização	Unidades habitacionais irregulares em áreas públicas	Unidades habitacionais regularizadas e registradas	24 meses
Sistema de gestão da comercialização das unidades habitacionais	Não existe sistema de comercialização	Sistema de comercialização funcionando, oferecendo retorno financeiro para novos investimentos	12 meses

- 3f
608/2010

3591/10
f.f.

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE			
CRH			
STE		3.000	
EAF			
IEF			
Total		3.000	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

- 58 -
608/2010

3591/10
78
P

7.2 Área de Gestão de Pessoas

7.2.1 Ações planejadas na área

Pretende-se implantar uma solução que possibilite gerenciar o ponto nos locais de trabalho dos servidores, permitindo a obtenção de informações rápidas, seguras e com total transparência, com redução do tempo entre a coleta e o processamento das informações e garantia da segurança e agilidade.

Focos de Intervenção

Está prevista a contratação de uma solução (sistema e equipamentos) e de infraestrutura para conexão a rede corporativa do sistema de eletrônico de ponto e acesso.

Ação número: 8

Prazo (meses): 14

Descrição da ação: Implantação do sistema eletrônico integrado de Ponto e Acesso

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de solução (sistema e equipamentos)	200
CRH		
STE		
EAF		
IEF	Aquisição de equipamento e implantação de infra-estrutura de rede para equipamentos de ponto e acesso	950
Total		1.150

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
O trabalho terá início com a definição de solução (sistema e equipamentos) da aquisição de equipamento compatível com o sistema definido, juntamente com a implantação de infraestrutura de rede para os equipamentos de ponto e acesso.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área

O sistema atual é obsoleto e necessita de coleta manual de informações de marcação de ponto, atuando off-line (relógios de ponto não conectados à rede corporativa ou a sistema central de coleta de dados), com grande demanda por trabalho manual (coleta de dados de relógio em relógio). O objetivo é a total automatização do sistema, com inserção on-line de todo o processo e eliminação da coleta manual.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de solução (sistema)	Sistema de acesso funcionando precariamente em alguns pontos da Prefeitura	Sistema compatível com a necessidade da instituição implantado em todas as áreas de gestão da Prefeitura	09 meses

-59-
608/2010

3591/10
70

Aquisição de equipamento e implantação de infra-estrutura de rede para equipamentos de ponto e acesso	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	14 meses
---	----------------------------	---------------------------------------	----------

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE		200	
CRH			
STE			
EAF			
IEF		950	
Total		1.150	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

-60-
608/2010

3591/10
80

8. Consolidado			
8.1 – Quadro de Usos e Fontes Total do Projeto (consolidando todas as áreas)			
Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE		4.700	
CRH		880	
STE		5.050	
EAF		100	
IEF		3.670	
Total		14.400	
Fontes	Realizado (*)	A realizar	Total
BNDES		12.960	
Recursos Próprios (Prefeitura)		1.440	
Outras Fontes			
Total		14.400	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

354/11
64

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Consultoria para capacitação do corpo técnico voltada ao desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas	O Observatório Vigilante necessita de prosseguimento para a consolidação de novas informações em políticas públicas	Observatório implantado em sua totalidade	-61. 608/2010 24 meses
Implantação do sistema e do cadastro único de políticas públicas e Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	Inexistência de sistema e cadastro de políticas públicas e de informações atualizadas de forma rotineira e sistematizada	Sistema e Cadastro de Políticas Públicas implantados	24 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE			
CRH		100	
STE		50	
EAF			
IEF			
Total		150	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

7.2 Área de Finanças

65
-62-
608/2010

7.2.1 Ações planejadas na área

A presente ação tem por objeto a expansão dos serviços oferecidos na Central de Atendimento "DIADEMA + FÁCIL", tais como a introdução de serviços pertinentes ao Estado de São Paulo, agregação de serviços de trânsito; disponibilização de serviços por meio da internet e melhoria do atendimento com reformulação dos fluxos de trabalho.

Focos de Intervenção

Como objetivo geral, o projeto busca a ampliação dos serviços oferecidos, a elevação da qualidade no atendimento ao cidadão, aumento do nível de satisfação dos usuários dos serviços e melhora da imagem da Instituição.

1. Aquisição de microcomputadores para postos de atendimento
2. Aquisição de equipamentos para disponibilização de novo portal municipal na Internet (TIE)
3. Disponibilização de novos serviços no portal da Prefeitura
4. Revisão do fluxos de novos serviços e processo de trabalho
5. Capacitação do corpo técnico

Ação número: 5

Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Melhoria do Atendimento ao Cidadão

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de Equipamentos para atendimento e para o portal do Município e disponibilização de mais serviços à população pelo novo portal.	660
CRH	Capacitação do corpo técnico	200
STE	Revisão e implantação de novos fluxos e processos de trabalho	300
EAF		
IEF		
Total		1.160

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área Serão adquiridos, no início do projeto, e após a conclusão do Plano Diretor de TI, os equipamentos necessários para disponibilizar ao novo portal. Na seqüência serão revisados os processos de trabalho e estabelecidos os novos fluxos, com a contratação de consultoria para, então, ser feita a capacitação do corpo técnico de atendentes e gerentes de áreas ligadas ao atendimento, também por meio de contratação de consultoria.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área

- 1 Adequação física, aquisição de novos equipamentos e implantação de novos fluxos no sistema de informação, (microcomputadores, servidores de informações, equipamentos de segurança da informação para a construção de um ambiente seguro para disponibilização das informações no novo portal do Município na internet) destinados ao atendimento e a disponibilização de novos serviços ao cidadão, de modo presencial e pela internet;

- 2 A Prefeitura dispõe de um sítio na internet, com pouca disponibilização de serviços online à população e pretendemos disponibilizar todos os serviços possíveis para o auto-atendimento e facilitando aqueles que devem ser presenciais.
- 3 Após a revisão de todos os processos de trabalho conectados ao atendimento ao cidadão, para aprimorar os prazos de atendimento e a satisfação dos usuários e eficácia no atendimento

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de Equipamentos e disponibilização de mais serviços à população pelo novo portal	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Capacitação do corpo técnico	Corpo técnico da Central de Atendimento com capacitação insuficiente frente às novas demandas	Corpo técnico de atendimento capacitado	2 meses
Revisão e implantação de novos fluxos e processos de trabalho	Processos existentes desatualizados e sem racionalidade	Fluxos de trabalhos revisados, mapeados, céleres e com resolutividade.	7 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
1) Revisão da estrutura de cargos dos atendentes da Central de Atendimento	962				977	1.025,85
2) Contratação de atendentes telefônicos	0,00				169	177,45
3) Contratação de dois analistas para a gestão dos sistemas	0,00			93,94	98,65	103,57

67

Total	962		93,94	1.244,65	1.306,87
-------	-----	--	-------	----------	----------

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

- 1) Foram computados os valores de gratificação para os atendentes da Central de Atendimento - Diadema Mais Fácil, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.
- 2) Serão contratados a partir do terceiro ano, 8 (oito) atendente para compor o atendimento telefônico da Central de Atendimento - Diadema Mais Fácil. Nos salários acima estão computados o salário base, encargos e benefícios, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.
- 3) Contratação de 02 analistas de sistemas para acompanhamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas, a partir do segundo ano. Nos valores acima estão apropriados salário base, encargos e benefícios, com a adoção do INPC como índice de correção nos anos seguintes.

-64-
608/2010
[Signature]

3591/1
68

-65
608/2010
Secretaria

7.2 Área de Finanças

7.2.1 Ações planejadas na área

Implantação de um sistema de custos em toda a Prefeitura, com o gerenciamento do Departamento de Controladoria a fim de planejar, orientar, acompanhar e avaliar a execução da despesa

Focos de Intervenção

A presente ação tem por objetivo a implantação de um sistema de custos na Prefeitura, que se dividirá em:

- 1) Aquisição de um sistema de informática para gerenciamento das informações (TIE);
- 2) Aquisição de servidores e estações de trabalho para a disseminação da estrutura em toda a Prefeitura; as quantidades serão definidas no trabalho final do escopo da consultoria
- 3) Contratação dos serviços especializados de consultoria para implantação do sistema de custos na Prefeitura. (STE)

Ação número: 7

Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Implantação de Gestão de Custos na Prefeitura

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de solução (sistema e equipamentos)	500
CRH	Capacitação	100
STE	Consultoria	400
EAF		
IEF		
Total		1.000

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
Será contratada a Consultoria que avaliará a situação atual da instituição e indicará o melhor caminho para a implantação do sistema. Em seguida será contratado um sistema de gestão de custos para gerenciar toda a informação e durante a sua implantação serão adquiridos os equipamentos (servidores e estações de trabalho)

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Produzir informações gerenciais a fim de subsidiar a tomada de decisões dos gestores municipais, visando manter a responsabilidade na gestão fiscal.
Atualmente não existe um sistema disseminado na Prefeitura de análise de novos projetos e de despesas continuadas. Desta forma não existem indicadores atuais desta ação, tendo como alvo a implantação de um sistema integrado de gestão de custeio de todos os projetos e ações da Prefeitura.

07
f

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de solução (sistema)	Inexistência de sistema de gestão de custos	Sistema de gestão de custos implantado	11 meses
Aquisição de equipamentos	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Contratação de serviços de Consultoria	Não existe definição de uma política de avaliação de projetos através de seus custos	Política de análise de custo permanente nas ações de planejamento e gestão	24 meses
Contratação de serviços de Capacitação	Servidores incapacitados em relação a um sistema de gestão de custos	Servidores capacitados nas melhores técnicas de planejamento e utilização da ferramenta de gestão de custos	7 meses

Fls. -66-
608/2010
Protocolo

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Contratação de pessoal para composição da equipe de custos	184,6				193,7	203,3
Total	184,6				193,7	203,3

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa
Foram computados os salários de 6 técnicos de Contabilidade, 1 Economista e 1 Agente Administrativo a partir do terceiro ano. Nos salários acima estão computados o salário base, encargos e benefícios, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.

-67
608/2010

fo 1
f

7.2 Área de Finanças

7.2.1 Ações planejadas na área

Implantação de um sistema de Gerenciamento eletrônico de documentos que permita a geração, estabelecimento de fluxos de trabalho com controle, armazenagem segura, compartilhamento e a disponibilização de informações existentes em documentos.

Focos de Intervenção

Pretende-se adquirir:

- 7) um sistema especializado de GED – Gerenciamento eletrônico de documentos. (TIE);
- 8) estações de trabalho, scanners, servidores, storages, tokens e backups para a implantação do sistema. (TIE); e por fim,
- 9) A capacitação dos servidores para gerenciarem o sistema e utilizarem a ferramenta. (CRH)

Ação número: **9**

Prazo (meses): **14**

Descrição da ação: Implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documento (GED)

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de solução (sistema e equipamentos)	750
CRH	Contratação de serviços de capacitação dos servidores do novo sistema	100
STE		
EAF		
IEF		
Total		850

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
Será adquirido o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos customizado para atender à demanda da instituição, em seguida serão adquiridos os equipamentos de informática, tais como, estações de trabalho, servidores, storage, backups, scanners e tokens. Por fim os servidores serão capacitados para operar e realizar a manutenção do sistema.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Possibilidade de fornecer informação de maneira imediata aos servidores, maior rapidez na busca de informação, atualização e recuperação de dados, redução da movimentação de documentos entre as áreas. Atualmente não existe um sistema implantado na Prefeitura. Desta forma não existem indicadores atuais desta ação, tendo como alvo a implantação de um sistema integrado de gestão eletrônica de documentos nas áreas meio da Prefeitura.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de solução (sistema)	Inexistência de um sistema de gerenciamento	Sistema de Gerenciamento eletrônico de	14 meses

71

	eletrônico de documentos	documentos implantado nas Secretarias meio	-68 608/2010 3 meses
Aquisição de equipamentos	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	3 meses
Contratação de serviços de capacitação dos servidores do novo sistema	Servidores incapacitados em relação a um sistema de gestão eletrônica de documentos	Servidores capacitados na utilização e manutenção da ferramenta de gestão eletrônica de documentos	7 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Contratação de equipe para o processo de digitalização	0,00			61,1	64,155	67,362
Contratação de analista para gestão do sistema	0,00			44,74	46,97	49,31
Total	0,00			105,84	111,125	116,672

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

- 1) Contratação de 03 agentes administrativos para preparação e gerenciamento dos documentos eletrônicos, a partir do segundo ano. Nos salários acima estão computados o salário base, encargos e benefícios, sendo utilizado o INPC para a correção dos mesmos nos anos seguintes.
- 2) Contratação de 01 analista de sistemas para acompanhamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas, a partir do segundo ano. Nos valores acima estão apropriados salário base, encargos e benefícios, com a adoção do INPC como índice de correção nos anos seguintes.

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE		1.910	
CRH		400	
STE		700	
EAF			

72

IEF			
Total		3.010	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

-69-
608/2010
[Signature]

-fo-
608/2010

3211
#3

7.2 Área de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

7.2.1 Ações planejadas na área
O Observatório tem por escopo a geração e análise permanente dos indicadores sócio-econômicos, de modo a possibilitar a identificação da dinâmica das variáveis que se expressam no território do município, criando núcleos, e indicadores específicos - Econômico, Urbano, Emprego, Política Sociais, Territorial, etc.

Focos de Intervenção
Para o levantamento de informações e dados, está prevista a contratação de consultoria, visando à consolidação de um cadastro único e a apropriação das diversas informações sócio-econômicas. Está prevista também a capacitação do corpo técnico de funcionários para utilização do sistema e cadastro único.

Ação número: 6 Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Observatório de Políticas Públicas

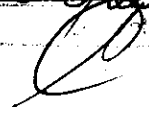
Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE		
CRH	Capacitação do corpo técnico	100
STE	Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais	125
EAF		
IEF		
Total		225

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
A Consultoria em capacitação está prevista no contexto de possibilitar ao conjunto dos funcionários, o acesso às informações e produção de indicadores. Está prevista também a contratação de consultoria para o levantamento de informações e dados sócio-econômicos para o monitoramento das políticas e programas sociais.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
Não há disponível para as diversas áreas da prefeitura, um conjunto de informações socioeconômicas municipais qualificadas e sistematicamente atualizadas. Pretende-se alcançar um nível de informações o mais diversificado possível, como forma de possibilitar a apropriação das informações de maneira instantânea.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Consultoria para capacitação do corpo técnico	O Observatório Vigilante necessita de prosseguimento	Observatório implantado em sua totalidade	21 meses

721

voltada ao desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas	para a consolidação de novas informações em políticas públicas		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> -71- 608/2010  </div>
Implantação do sistema e do cadastro único de políticas públicas e Consultoria para levantamento de informações e dados, monitoramento das políticas e programas sociais e publicações	Inexistência de sistema e cadastro de políticas públicas e de informações atualizadas de forma rotineira e sistematizada	Sistema e Cadastro de Políticas Públicas implantados	24 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE			
CRH		100	
STE		125	
EAF			
IEF			
Total		225	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

75

-F2-

608/2010

7.2 Área de Habitação e Desenvolvimento Urbano

7.2.1 Ações planejadas na área

Com base no Estatuto da Cidade, no Plano Diretor e na Lei Municipal de Regularização Fundiária, Lei Federal n. 11.977/09 a cidade pretende avançar no tema e propor a regularização dos assentamentos irregulares com a caracterização individual dos lotes, demarcação de reservas de áreas e o registro em cartório dos títulos de posse e abertura de matrículas individuais, e criação de um sistema de comercialização e informatização do sistema fundiário, proporcionando a inclusão de assentamentos irregulares à cidade formal em todos os seus aspectos sociais, jurídicos, físicos, cadastrais, tributários.

Com a implementação da regularização fundiária e cadastramento dos assentamentos irregulares haverá uma inclusão no sistema tributário municipal, onde o município poderá aplicar a cobrança de tributos como o IPTU e ITBI. Além da criação do sistema de comercialização de unidades habitacionais que possibilitará retorno financeiro para a municipalidade.

Focos de Intervenção

O Foco de intervenção será os assentamentos irregulares em áreas de interesse social através da Divisão de Regularização Fundiária.

Ação número: 10

Prazo (meses): 24

Descrição da ação: Regularização Fundiária e Comercialização de unidades habitacionais em áreas desafetadas

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE		
CRH		
STE	Elaboração de Cadastro Fundiário e preparação da regularização e sistema de gestão da comercialização das unidades habitacionais	3.000
EAF		
IEF		
Total		3.000

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
 Pretende o município desenvolver as seguintes atividades:

- elaboração de metodologia/plano de trabalho;
- levantamento de informações;
- diagnóstico;
- elaboração de projeto de regularização fundiária;
- atividades jurídicas e administrativas – licenciamento do projeto de regularização fundiária e registro do parcelamento no cartório de registro de imóveis;

- atividades jurídicas e administrativas - Registro no Cartório de Imóveis,
- implementação de sistema de comercialização;
- informatização do sistema de regularização.

tb
f
- 13 -
608/2010

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área

As metas são efetivação e ampliação da regularização dos assentamentos irregulares e a comercialização de unidades habitacionais visando:

1. Implementação do sistema de comercialização Retorno financeiro para a municipalidade seja através da alienação das áreas regularizadas, seja no efetivo pagamento de tributos a partir da regularização
2. Formalização do registro dos núcleos habitacionais em área pública perante o CRI local e gestão com os demais órgãos.
3. Integração dos núcleos habitacionais a cidade em seus âmbitos jurídicos, sociais, físicos, cadastrais e tributários.
4. Garantia da qualidade urbanística, ambiental e jurídica dos moradores dos referidos núcleos e entorno.
5. Promoção da inclusão sócio-territorial.
6. O reconhecimento do direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal Brasileira.
7. Gestão democrática com a participação da sociedade civil na definição, gestão e avaliação da política habitacional possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos.
8. O resgate da função social da cidade, buscando implementar instrumentos de reforma urbana para possibilitar o melhor ordenamento e controle do uso do solo, de forma a combater a especulação imobiliária e garantir o acesso a terra urbanizada.
9. Respeito ao meio ambiente.
10. Compreensão integrada da Política Habitacional às Políticas Urbanas e Sociais

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Elaboração de Cadastro Fundiário e regularização	Unidades habitacionais irregulares em áreas públicas	Unidades habitacionais regularizadas e registradas	24 meses
Sistema de gestão da comercialização das unidades habitacionais	Não existe sistema de comercialização	Sistema de comercialização funcionando, oferecendo retorno financeiro para novos investimentos	12 meses

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

359
-74
608/2010
R\$ mil

Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE			
CRH			
STE		3.000	
EAF			
IEF			
Total		3.000	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

3551/10
78
-15
608/2010

7.2 Área de Gestão de Pessoas

7.2.1 Ações planejadas na área

Pretende-se implantar uma solução que possibilite gerenciar o ponto nos locais de trabalho dos servidores, permitindo a obtenção de informações rápidas, seguras e com total transparência, com redução do tempo entre a coleta e o processamento das informações e garantia da segurança e agilidade.

Focos de Intervenção

Está prevista a contratação de uma solução (sistema e equipamentos) e de infraestrutura para conexão a rede corporativa do sistema de eletrônico de ponto e acesso.

Ação número: 8 Prazo (meses): 14

Descrição da ação: Implantação do sistema eletrônico integrado de Ponto e Acesso

Item financiável	Especificação	Valor Total (R\$ mil)
TIE	Aquisição de solução (sistema e equipamentos)	200
CRH		
STE		
EAF		
IEF	Aquisição de equipamento e implantação de infra-estrutura de rede para equipamentos de ponto e acesso	950
Total		1.150

7.2.2 Metodologia de implantação das ações previstas e gerenciamento do projeto na área
O trabalho terá início com a definição de solução (sistema e equipamentos) da aquisição de equipamento compatível com o sistema definido, juntamente com a implantação de infraestrutura de rede para os equipamentos de ponto e acesso.

7.2.3 Metas a serem atingidas identificadas por ação específica na área
O sistema atual é obsoleto e necessita de coleta manual de informações de marcação de ponto, atuando off-line (relógios de ponto não conectados à rede corporativa ou a sistema central de coleta de dados), com grande demanda por trabalho manual (coleta de dados de relógio em relógio). O objetivo é a total automatização do sistema, com inserção on-line de todo o processo e eliminação da coleta manual.

Ação	Situação atual	Situação alvo	Prazo
Aquisição de solução (sistema)	Sistema de acesso funcionando precariamente em alguns pontos da Prefeitura	Sistema compatível com a necessidade da instituição implantado em todas as áreas de gestão da Prefeitura	09 meses

Aquisição de equipamento e implantação de infra-estrutura de rede para equipamentos de ponto e acesso	Equipamentos insuficientes	Aquisição de equipamentos compatíveis	<div style="text-align: right;"> <p>701</p> <p>14 meses</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> <p>Fls. - 76</p> <p>608/2010</p> </div>
---	----------------------------	---------------------------------------	--

7.2.4 Previsão de impacto do projeto no gasto público do município.
(No caso de ser área de atuação do projeto)

R\$ mil						
Despesa	Ano anterior à contratação	Ano da contratação	1º ano	2º ano	3º ano	A partir do 4º ano
Total						

7.2.5 Premissas e justificativas na projeção da despesa

7.2.6 Quadro de usos do projeto relativo à Área

Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE		200	
CRH			
STE			
EAF			
IEF		950	
Total		1.150	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

3591/10
80

77
608/2010

8. Consolidado			
8.1 – Quadro de Usos e Fontes Total do Projeto (consolidando todas as áreas)			
Usos	Realizado (*)	A realizar	Total
TIE		4.700	
CRH		880	
STE		5.050	
EAF		100	
IEF		3.670	
Total		14.400	
Fontes	Realizado (*)	A realizar	Total
BNDES		12.960	
Recursos Próprios (Prefeitura)		1.440	
Outras Fontes			
Total		14.400	

(*) até 6 (seis) meses anteriores à apresentação desse relatório

8.3 – Cronograma geral de desembolso do projeto

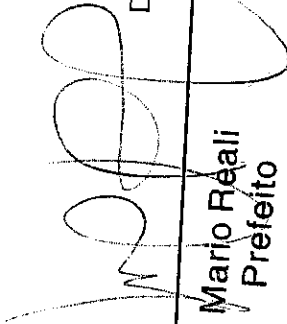
Usos e Fontes	Realizado (últimos 6 meses)	Desembolso										R\$ mil			
		A realizar (trimestre)													
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total				
TIE		1000	2150	300	580	310	210	200							4750
CRH			100	120	200	160	50	130	120						880
STE	300	480	850	830	730	440	420	500	450						5000
EAF															0
IEF		300	640	1030	300	600	300	300	300						3770
Total dos Usos	300	1780	3740	2280	1810	1510	980	1130	870	0	14400				
BNDES		1602	3366	2052	1629	1359	882	1017	783	0	12690				
Recursos Próprios (Prefeitura)	300	178	374	228	181	151	98	113	87	0	1710				
Outras Fontes															
Total das Fontes	300	1780	3740	2280	1810	1510	980	1130	870	0	14400				

3591/10
8.2/10
-fg-
608/29/10

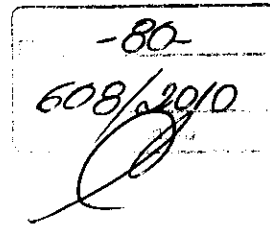
9. Declaração Município


O Município de DIADEMA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Almirante Barroso n° 111, Vila Santa Dirce – Diadema, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 46523247/0001-93 , por seu representante legal, MARIO WILSON PEDREIRA REALI, Prefeito Municipal, declara ao BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, que são verdadeiras todas as informações prestadas.

O representante legal do declarante está ciente, igualmente, de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.


Mario Reali
Prefeito

Diadema, 28 de Maio de 2010



35 71/10
83

59

- 81
608/2010

3591/10
84

10. Para Uso do Mandatário

Verificação dos limites do programa

Item	Valor	Limite legal	Limite Valor	
População (*)		36,00		Menor valor é o limite do financiamento
			30.000.000,00	
			Valor limite	
			Valor do financiamento solicitado	

(*) utilizar estimativa populacional mais recente divulgada pelo IBGE

Dados da Operação

Fonte dos Recursos		Valor (R\$)	%
Município			
Financiamento BNDES			
Outros			
Valor total do investimento			

Moeda	Taxa	Comissão

Prestações	Prazo (meses)	Periodicidade dos pagamentos
Carência		
Amortização		

Documentação para Enquadramento da Operação

- Lei orgânica do município
- Ofício da prefeitura com relação de todos os CNPJ's da administração municipal
- Lei orçamentária anual (LOA) com PMAT destacado – receita de capital – operações de crédito e Despesa de Capital (valor compatível com o projeto apresentado) com Quadro Demonstrativo da Despesa
- Pesquisa CADIN (de todos os CNPJ's mencionados no Ofício da Prefeitura)
- Pesquisa CADIP (de todos os CNPJ's mencionados no Ofício da Prefeitura)
- Lei que autoriza o Prefeito a obter o financiamento no âmbito do PMAT
- Decreto ou Portaria criando o NEMAT

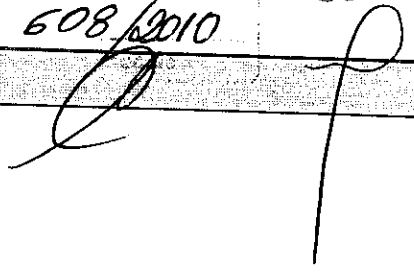
11. Parecer do Mandatário

- Favorável
- Desfavorável

- 82
608/2010

359.1/10
85

12. Justificativa



(considerando a funcionalidade e a sustentabilidade do projeto)

Técnico Responsável

Técnico Responsável

-83-
608/2010
[Signature]

359/10
86
[Signature]

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 72301031 - AC DIADENA
AVENIDA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS
CENTRO - 99109-70
DIADENA - SP
CNPJ....: 34028316298099 Tel.:-
Ins Est.: 112308053119

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 72301031 - AC DIADENA
AVENIDA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS
CENTRO - 99109-70
DIADENA - SP
CNPJ....: 34028316298099 Tel.:-
Ins Est.: 112308053119

COMPROVANTE DO CLIENTE

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento...: 02/06/2010 Hora....: 16:40:26
Caixa.....: 17563816 Matrícula: 88968421
Lancamento.: 00032 Atendimento.: 00014
Modalidade.: A Vista

Movimento...: 02/06/2010 Hora....: 16:40:26
Caixa.....: 17563816 Matrícula: 88968421
Lancamento.: 00032 Atendimento.: 00014
Modalidade.: A Vista

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA COMERCIAL A V	1	9,65+
Valor do Porte(R\$)...	4,25	
Cep Destino: 09912-900 (SP)		
Peso real (g).....	310	
RJ 25388484 2 BR		
AVISO DE RECEBIMENTO:	2,70	
REGISTRO NACIONAL....:	2,70	
Selo.....	9,65	

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA COMERCIAL A V	1	9,65+
Valor do Porte(R\$)...	4,25	
Cep Destino: 09912-900 (SP)		
Peso real (g).....	310	
RJ 25388484 2 BR		
AVISO DE RECEBIMENTO:	2,70	
REGISTRO NACIONAL....:	2,70	
Selo.....	9,65	

Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto.

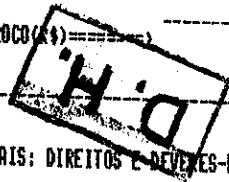
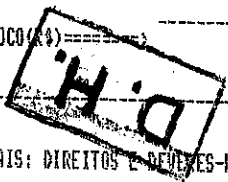
Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto.

Anotacoes: _____

Anotacoes: _____

VALOR EM DINHEIRO(R\$): 9,65
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 10,00
TROCO(R\$)=<-----> 0,35

VALOR EM DINHEIRO(R\$): 9,65
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 10,00
TROCO(R\$)=<-----> 0,35



SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

EXPRESSO INTERNACIONAL DOS CORREIOS: LEVANDO
AS REMESSAS DO BRASIL PARA O MUNDO.

EXPRESSO INTERNACIONAL DOS CORREIOS: LEVANDO
AS REMESSAS DO BRASIL PARA O MUNDO.

3591/10
86
P

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 72301031 - AC DIADENA
AVENIDA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS
CENTRO - 99109-70
DIADENA - SP
CNPJ....: 34028316298099 Tel.:-
Ins Est.: 112388853119

COMPROVANTE DO CLIENTE

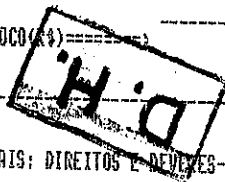
Movimento.: 02/06/2010 Hora.....: 16:40:26
Caixa.....: 17563816 Matrícula: 88968421
Lancamento.: 00032 Atendimento.: 00014
Modalidade.: A Vista

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA COMERCIAL A V	1	9,65+
Valor do Porte(R\$)...	4,25	
Cep Destino: 09912-900 (SP)		
Peso real (g).....	310	
RJ 25388484 2 BR		
AVISO DE RECEBIMENTO:	2,00	
REGISTRO NACIONAL....	2,70	
Selo.....	9,65	

Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto.

Anotacoes:

VALOR EM DINHEIRO(R\$):	9,65
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	10,00
TROCO(R\$)=	0,35



SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6530/78

EXPRESSO INTERNACIONAL DOS CORREIOS: LEVANDO
AS REMESSAS DO BRASIL PARA O MUNDO.

SARA 4.1.03

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 72301031 - AC DIADENA
AVENIDA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS
CENTRO - 99109-70
DIADENA - SP
CNPJ....: 34028316298099 Tel.:-
Ins Est.: 112388853119

COMPROVANTE DO CLIENTE

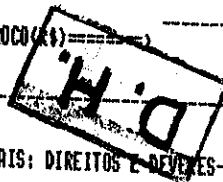
Movimento.: 02/06/2010 Hora.....: 16:40:26
Caixa.....: 17563816 Matrícula: 88968421
Lancamento.: 00032 Atendimento.: 00014
Modalidade.: A Vista

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA COMERCIAL A V	1	9,65+
Valor do Porte(R\$)...	4,25	
Cep Destino: 09912-900 (SP)		
Peso real (g).....	310	
RJ 25388484 2 BR		
AVISO DE RECEBIMENTO:	2,00	
REGISTRO NACIONAL....	2,70	
Selo.....	9,65	

Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto.

Anotacoes:

VALOR EM DINHEIRO(R\$):	9,65
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	10,00
TROCO(R\$)=	0,35



SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6530/78

EXPRESSO INTERNACIONAL DOS CORREIOS: LEVANDO
AS REMESSAS DO BRASIL PARA O MUNDO.

SARA 4.1.03

Ofício 022 / 2010 - AP/DEPRI

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2010.

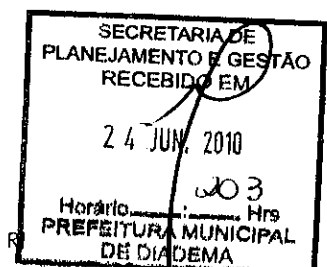
Ao Senhor
Mario Wilson Pedreira Reali
Prefeito
Prefeitura Municipal de Diadema
Rua Almirante Barroso, nº 111 - Vila Santa Dirce
09912-900 Diadema - SP

Senhor Prefeito,

Reportamo-nos ao projeto apresentado, objetivando obtenção de financiamento para a Prefeitura Municipal de Diadema (SP), no âmbito da Linha de Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

Informamos a V.S^a. que, de acordo com o Roteiro de Informações para Enquadramento, o exame de seu pleito depende da apresentação das informações abaixo listadas:

- Lei Orgânica do Município;
- Ofício da Prefeitura informando todos os números de CNPJ (Declaração);
- Série histórica e projeção do comprometimento anual do Fundo de Participação dos Municípios - FPM;
- Lei Orçamentária Anual (LOA) com PMAT destacado - Receita de Capital - Operação de Crédito e valor correspondente na Despesa de Capital; Quadro de Projeções de Receitas e/ou Declaração do Prefeito que comprove a inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação pleiteada;
- Fichas Cadastrais de Pessoa Jurídica do Município e de Pessoa Física do Prefeito, do Secretário de Fazenda e do Secretário de Planejamento, conforme os modelos em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/cadastro.html
- Declaração ou Lei de publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos últimos 2 meses;
- Lei que autoriza o Prefeito a obter o financiamento no âmbito do PMAT (a Lei deve conter o valor pleiteado ou valor superior);
- Decreto ou Portaria designando Grupo que vai elaborar e acompanhar o Projeto (caso o referido grupo já esteja formado);
- Balanços e Demonstrativos Financeiros Originais dos quatro últimos anos.





Lembramos, ainda, que a rapidez da tramitação de seu pleito no BNDES dependerá, também, da clareza e presteza das informações encaminhadas por V.S^a.

Registramos que o não recebimento dos documentos solicitados até 16/07/2010, ensejará o cancelamento do registro de sua consulta nos sistemas do BNDES, o que não impedirá o encaminhamento, em outra oportunidade, de nova solicitação de apoio financeiro, desde que, de imediato, satisfeitas as solicitações pendentes.

Para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, favor entrar em contato comigo no telefone (21) 2172-7441.

Atenciosamente,

RODRIGO TORSIANO
Gerente Substituto

CP SEPLAGE,

Pl. Municipal

15/07/10

BNDES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA
SECRETARIA DE FINANÇAS

3591/10

93

ply

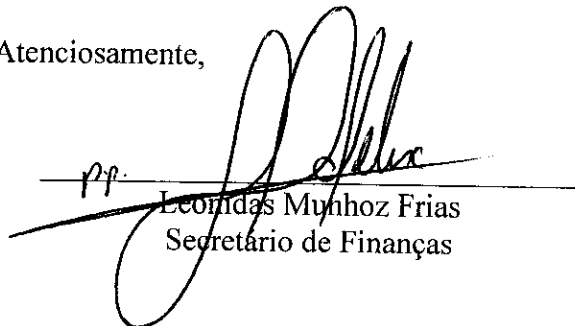
Fls. 85-
608/2010

Diadema, 30 de junho de 2010.

DECLARAÇÃO

Declaro e certifico para os devidos fins que a Prefeitura do Município de Diadema sediada na Rua Almirante Barroso, 111, Vila Santa Dirce Diadema – SP, registrada no Ministério da Fazenda no o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF n.º 46.523.247/0001-93, tem capacidade de endividamento necessária para arcar com o financiamento pleiteado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais), para implantação do Programa de Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Sociais Básicos.

Atenciosamente,


pp. Leonidas Munhoz Frias
Secretário de Finanças